



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 008

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

008ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente.....	03
Indicações	03
Ofícios.....	09
Requerimentos	09
Projetos de Lei	24
Projetos de Lei Complementar	24
Horário do Pequeno Expediente	26
Dep. Ademar Traiano.....	26
Dep. Elton Carlos Welter	27
Dep. Barbosa Neto	28
Dep. Luciana Rafagnin	29
Dep. José Domingos Scarpellini	30
Dep. André Vargas	30
Horário do Grande Expediente.....	31
Dep. Geraldo Cartário.....	31
Horário das Lideranças	38
Liderança do PDT: Dep. Neivo Beraldin.....	38
Liderança do PMDB: Dep. Delegado Bradock.....	39
Liderança da Oposição: Dep. Valdir Rossoni.....	41
Ordem do Dia	43
Leitura do Expediente	43
Requerimentos	43
Ordem do dia da próxima Sessão	44
Publicações.....	45
Diretoria Geral	45
Portarias	45

008ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademir Bier, Artagão Júnior, Mauro Moraes, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Plauto Miró Guimarães (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicações***

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, conforme entendimento dos Deputados da Bancada do Partido Socialista - PPS, indicam honrosamente o Deputado Waldir Leite para exercer o cargo de Líder de nosso Partido nesta Casa de Leis.

Certos de vosso entendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(aa) WALDIR LEITE, ARLETE CARAMÊS,
MARCOS ISFER e RATINHO JÚNIOR.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente apresentar a V. Exa., as indicações do Partido Popular Socialista - PPS, para as comissões que serão formalizadas:

Comissões	Titular	Suplente
Constituição e Justiça	Ratinho Júnior	Marcos Isfer
Orçamento	Marcos Isfer	Ratinho Júnior
Obras Públicas, Transportes e Comunicação	Waldir Leite	Marcos Isfer
Tomada de Contas	Marcos Isfer	Waldir Leite
Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL	Waldir Leite	Ratinho Júnior

Na oportunidade, apresentamos a V. Exa. os protestos da nossa alta estima e mais distinta consideração.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(aa) WALDIR LEITE
Líder do PPS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente apresento a V. Exa. a relação dos Deputados para compor as Comissões Permanentes pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB:

Constituição e Justiça

Titular	Suplente
Ailton Araújo	Carlos Simões

Segurança Pública

Titular	Suplente
Ailton Araújo	Jocelito Canto

Finanças

Titular	Suplente
Carlos Simões	Ailton Araújo

Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e Adolescente

Titular	Suplente
Carlos Simões	Jocelito Canto

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CARLOS SIMÕES
Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, encaminhar a relação dos Deputados da Bancada do PFL que farão parte das Comissões Permanentes nesta Casa de Leis, conforme relação em anexo.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Constituição e Justiça

Titular	Suplente
Durval Amaral	Elio Rusch
Nelson Justus	Plauto Miró Guimarães

Comissão de Finanças

Titular	Suplente
Elio Rusch	Nelson Justus

Comissão de Orçamento

Titular	Suplente
Durval Amaral	Plauto Miró Guimarães

Comissão de Tomada de Contas

Titular	Suplente
Plauto Miró Guimarães	Durval Amaral

Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio,
Turismo e do MERCOSUL

Titular	Suplente
Plauto Miró Guimarães	Elio Rusch

Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação

Titular	Suplente
Durval Amaral	Elio Rusch

Comissão de Educação, Cultura, Esportes,
Ciência e Tecnologia

Titular	Suplente
Nelson Justus	Elio Rusch

Comissão de Segurança Pública

Titular	Suplente
Elio Rusch	Durval Amaral

Comissão de Saúde Pública

Titular	Suplente
Elio Rusch	Nelson Justus

Comissão de Redação

Titular	Suplente
Durval Amaral	Nelson Justus

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Plauto Miró Guimarães	Durval Amaral

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa
e Assuntos Municipais

Titular	Suplente
Plauto Miró Guimarães	Elio Rusch

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de
Defesa do Consumidor

Titular	Suplente
Nelson Justus	Durval Amaral

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança
e do Adolescente

Titular	Suplente
Nelson Justus	Plauto Miró Guimarães

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho pelo presente passar a V. Exa. a relação dos nomes dos Parlamentares do nosso Partido, que farão parte das Comissões Permanentes desta Casa, para o período legislativo de 2005/2006:

Comissão de Constituição e Justiça

Titular	Suplente
Duflío Genari	Cida Borghetti

Comissão de Finanças

Titular	Suplente
Cesar Seleme	Duílio Genari

Comissão de Orçamento

Titular	Suplente
Duílio Genari	Cida Borghetti

Comissão de Tomada de Contas

Titular	Suplente
Duílio Genari	Cesar Seleme

Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio,
Turismo e do MERCOSUL

Titular	Suplente
Cesar Seleme	Duílio Genari

Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação

Titular	Suplente
Cida Borghetti	Duílio Genari

Comissão de Educação, Cultura, Esportes,
Ciência e Tecnologia

Titular	Suplente
Cesar Seleme	Cida Borghetti

Comissão de Segurança Pública

Titular	Suplente
Cesar Seleme	Duílio Genari

Comissão de Saúde Pública

Titular	Suplente
Cida Borghetti	Cesar Seleme

Comissão de Redação

Titular	Suplente
Cesar Seleme	Cida Borghetti

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Cida Borghetti	Duílio Genari

Comissão de Fiscalização da Assembléia
Legislativa e Assuntos Municipais

Titular	Suplente
Duílio Genari	Cida Borghetti

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de
Defesa do Consumidor

Titular	Suplente
Cesar Seleme	Cida Borghetti

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança
e do Adolescente

Titular	Suplente
Cida Borghetti	Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI
Líder do PP

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente apresento a V. Exa. a relação dos Deputados para compor as Comissões Permanentes pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT:

Comissão de Constituição e Justiça

Titular	Suplente
Barbosa Neto	Neivo Beraldin

Comissão de Segurança Pública

Titular	Suplente
Barbosa Neto	Neivo Beraldin

Comissão de Finanças

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Barbosa Neto

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher,
Criança e Adolescente

Titular	Suplente
Renato Gaúcho	Neivo Beraldin

Comissão de Orçamento

Titular	Suplente
Barbosa Neto	Neivo Beraldin

Comissão de Tomada de Contas

Titular	Suplente
Barbosa Neto	Neivo Beraldin

Comissão de Agricultura, Indústria,
Comércio e Turismo

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Renato Gaúcho

Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Barbosa Neto

Comissão de Educação

Titular	Suplente
Barbosa Neto	Renato Gaúcho

Comissão de Saúde Pública

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Renato Gaúcho

Comissão de Redação

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Renato Gaúcho

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Renato Gaúcho	Neivo Beraldin

Comissão de Fiscalização

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Renato Gaúcho

Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e
Defesa do Consumidor

Titular	Suplente
Barbosa Neto	Renato Gaúcho

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Titular	Suplente
Neivo Beraldin	Barbosa Neto

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO
Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente, encaminhar a relação dos Deputados da Bancada do PMDB que farão parte das Comissões Permanentes nesta Casa de Leis, conforme relação em anexo.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder do PMDB

Comissão de Constituição e Justiça

Titular	Suplente
Delegado Braddock	Artagão Júnior
José Maria Ferreira	Antonio Anibelli

Comissão de Finanças

Titular	Suplente
José Maria Ferreira	Artagão Júnior

Comissão de Orçamento

Titular	Suplente
Ademir Bier	Antonio Anibelli

Comissão de Tomada de Contas

Titular	Suplente
Antonio Anibelli	José Maria Ferreira

Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL

Titular	Suplente
Artagão Júnior	José Maria Ferreira

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Titular	Suplente
Rafael Greca	Antonio Anibelli

Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia

Titular	Suplente
Elza Correia	Rafael Greca

Comissão de Segurança Pública

Titular	Suplente
Delegado Bradock	Cleiton Kielse

Comissão de Saúde Pública

Titular	Suplente
Dobrandino da Silva	Elza Correia

Comissão de Redação

Titular	Suplente
Alexandre Curi	Rafael Greca

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Cleiton Kielse	Alexandre Curi

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais

Titular	Suplente
Artagão Júnior	Antonio Anibelli

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor

Titular	Suplente
Rafael Greca	Delegado Bradock

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Criança e do Adolescente

Titular	Suplente
Elza Correia	Dobrandino da Silva

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar a composição das Comissões Permanentes, sendo da seguinte forma:

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares	Suplentes
Hermes Fonseca	Padre Paulo Campos
Elton Carlos Welter	André Vargas

Comissão de Finanças

Titular	Suplente
Padre Paulo Campos	Pedro Ivo Ilkiv

Comissão de Orçamento

Titular	Suplente
André Vargas	Luciana Rafagnin

Comissão de Tomada de Contas

Titular	Suplente
Ângelo Vanhoni	André Vargas

Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio,
Turismo e do MERCOSUL

Titular	Suplente
Luciana Rafagnin	Elton Carlos Welter

Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação

Titular	Suplente
André Vargas	Hermes Fonseca

Comissão de Educação, Cultura, Esportes,
Ciência e Tecnologia

Titular	Suplente
Tadeu Veneri	Padre Paulo Campos

Comissão de Segurança Pública

Titular	Suplente
Elton Carlos Welter	Natálio Stica

Comissão de Saúde Pública

Titular	Suplente
Tadeu Veneri	André Vargas

Comissão de Redação

Titular	Suplente
Hermes Fonseca	Elton Carlos Welter

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Ângelo Vanhoni	Padre Paulo Campos

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa
e Assuntos Municipais

Titular	Suplente
Elton Carlos Welter	André Vargas

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de
Defesa do Consumidor

Titular	Suplente
Padre Paulo Campos	Tadeu Veneri

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher,
Criança e do Adolescente

Titular	Suplente
Luciana Rafagnin	Tadeu Veneri

Conselho de Ética

Titular	Suplente
Pedro Ivo Ilkiv	André Vargas

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) TADEU VENERI

Líder da Bancada do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indicamos os membros do PSDB
para comporem as respectivas Comissões Permanentes
desta Casa de Leis:

Comissão de Constituição e Justiça

Titular	Suplente
Ademar Traiano	Miltinho Pupio

Comissão de Finanças

Titular	Suplente
Nelson Garcia	Ademar Traiano

Comissão de Tomada de Contas

Titular	Suplente
Ademar Traiano	Nelson Garcia

Comissão de Agricultura, Indústria,
Comércio, Turismo e MERCOSUL

Titular	Suplente
Luiz Nishimori	Nelson Garcia

**Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação**

Titular	Suplente
Francisco Bühler	Miltinho Pupio

**Comissão de Educação, Cultura, Esporte,
Ciência e Tecnologia**

Titular	Suplente
Luiz Fernandes da Silva Litro	Luiz Nishimori

Comissão de Segurança Pública

Titular	Suplente
Luiz Nishimori	Luiz Accorsi

Comissão de Saúde Pública

Titular	Suplente
Luiz Accorsi	Francisco Bühler

Comissão de Redação

Titular	Suplente
Luiz Accorsi	Luiz Fernandes da Silva Litro

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Luiz Nishimori	Miltinho Pupio

**Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa
e Assuntos Municipais**

Titular	Suplente
Francisco Bühler	Luiz Nishimori

**Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de
Defesa do Consumidor**

Titular	Suplente
Francisco Bühler	Luiz Accorsi

**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da
Criança e do Adolescente**

Titular	Suplente
Luiz Accorsi	Francisco Bühler

Sem mais para o momento, enviamos votos de estima e grande apreço.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

Ofício

OFÍCIO Nº 122/2004 - CPIRA

Curitiba, 02 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, e tendo em vista cumprir o disposto no artigo 38 do Regimento Interno desta Casa de Leis, venho através do presente, apresentar a V. Exa. o Relatório Final, aprovado por unanimidade, na reunião do dia 01 de março do corrente ano.

Aproveito a oportunidade para, em meu próprio nome e dos demais membros Titulares desta CPI, manifestar e agradecer a presteza e o apoio dados por V. Exa. às reivindicações e pedidos solicitados, que sempre foram prontamente atendidos. Atitudes estas que em muito permitiram pudesse esta Comissão concluir em bons termos o objetivo proposto em sua criação e almejar o anseio populacional do cumprimento do dever político, social e constitucional esperado por esta digna Assembleia Legislativa.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero meus protestos de estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

Presidente da CPI da Reforma Agrária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 164/2005

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, as adiante nominadas, Deputadas com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa, tendo em vista a reserva do Horário do Grande Expediente do dia 08 de março para as comemorações do Dia Internacional da Mulher, e dentro da programação prevista para essa oportunidade, seja prestada homenagem à Associação de Mulheres de

Negócios - BPW, representada por sua Presidente, ALBA REGINA DE LEÃO BUCHI, oferecendo à entidade o “Brasão Comemorativo do Sesquicentenário do Estado do Paraná” e à sua Presidente ramalhete de flores.

Sala das Sessões, 02.03.2005.

(aa) ARLETE CARAMÊS, ELZA CORREA, LUCIANA RAFAGNIN e CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o uso do Grande Expediente do dia 09 de março de 2005, para o lançamento do Projeto “Mais Vida”, alusivo à Campanha Nacional de Doação de Sangue.

A iniciativa se justifica em função da relevância do projeto desenvolvido pela Igreja Adventista do 7º Dia, através de seu Departamento Jovem, cujo principal objetivo é a conscientização e o incentivo à prática de doação de sangue, sobretudo entre os jovens, como um importante instrumento na salvação da vida humana. De maneira especial, durante o verão, quando há um aumento no tráfego rodoviário e, conseqüentemente, um aumento no número de vítimas nas estradas.

Esclareço ainda que este projeto já foi lançado nacionalmente através da Divisão Sul-Americana da Igreja Adventista do 7º Dia, com sede em Brasília. Torna-se, portanto, de imprescindível valor o lançamento do Projeto “Mais Vida” nesta Casa, uma vez que com tal iniciativa, nós, Parlamentares, estaremos referendando o projeto e ajudando a maximizar o estoque dos bancos de sangue em todo o Estado.

Para os devidos esclarecimentos, fará uso do Grande Expediente na ocasião, o coordenador do projeto no Estado do Paraná, Alceu de Assis Filho.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 185

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja reservado o período do Grande Expediente do dia 14 de março de 2005, para o biólogo José Roberto Borghetti efetuar exposição sobre o “Aquífero Guarani, conforme entrevista concedida no Globo Repórter do dia 18 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER a utilização do plenarinho, no dia 10

de março no horário das 13h00 às 18h00, para a realização de Fórum com Representantes de Bares e Casas Noturnas do Paraná.

Dê-se ciência aos Departamentos de Segurança, Cerimonial, Som, Taquigrafia e Copa.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 73 anos, do Sr. Antonio Ubirajara Lopes.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Valmor Santos Giavarina, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, ex-Prefeito de Apucarana, advogado, ocorrido no último dia 25 de fevereiro em Londrina, vítima de câncer.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de voto de pesar nos Anais desta Casa à família de Valmor Giavarina, pelo seu falecimento no dia 24/02/2005, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Valmor Giavarina, era formado em Odontologia, pela Universidade Federal do Paraná e em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina. Foi Vereador e Prefeito de Apucarana (PR), Deputado Estadual e Federal na 47ª Legislatura. É autor de “Constituinte Originária e Instituída”, com prefácio do Dr. Tancredo Neves. Por ser o voto vencedor na Comissão Mista, tornou-se relator da emenda constitucional que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, culminando com a carta de 1988.

Publicou várias separatas: “Aluga-se dinheiro”, o Poder que não pode”, “Sulbrasileiro: o escândalo que não consegui evitar”, “O General quer ser esquecido” e outras.

Foi o autor de: Eleições 96, Inelegibilidades, Eleições 98, Tudo Sobre Eleições 98, Eleições 2000, Eleições 2002 e Eleições 2004.

Ele também prestou consultoria eleitoral em Brasília e advogou junto aos Tribunais Superiores, especialmente junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Valmor Giavarina, dedicou quase que toda sua vida ao povo de seu Estado, deixando, com seu falecimento, uma lacuna muito grande no meio da sociedade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido Progressista - PP na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelos seus Deputados, abaixo-assinado, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Valmor Giavarina, ex-Deputado Estadual (1965-1970), ex-Deputado Federal, e, atualmente exercia o cargo de Consultor Jurídico do Partido Progressista em Brasília.

Valmor Giavarina era formado em Odontologia, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Foi Vereador e Prefeito de Apucarana, onde foi sepultado na última sexta-feira.

É o autor de "Constituinte Originária e Instituída", com prefácio do Dr. Tancredo Neves. Por ter sido o voto vencedor na Comissão Mista, tornou-se relator da emenda constitucional que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a nossa atual Constituição Federal - editada em 1.988.

Publicou várias separatas: "Aluga-se Dinheiro", "O Poder Que Não Pode", "Sulbrasileiro: o escândalo que não consegui evitar" e "O General Quer Ser Esquecido", entre outras.

É autor de várias edições sobre o Direito Eleitoral como: "Eleições 96", "Inelegibilidades", "Eleições 98", "Tudo sobre Eleições 98", "Eleições 2000", "Eleições 2002", e ultimamente "Eleições 2004".

Valmor Giavarina prestava consultoria eleitoral em Brasília e advogava junto aos Tribunais Superiores, especialmente junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI
DUÍLIO GENARI
CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Avelino Daniel, ocorrido no último dia 16 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 73 anos de idade faleceu em data do último dia 16, o Sr. José Avelino Daniel que era comerciante e residia no Município de Colombo.

O Sr. José deixou viúva a Sra. Conceição, o filho Moacir e 02 netos.

Era pessoa muito querida por todos que o conheciam e com ele conviviam. Pai carinhoso, dedicado, que fez não apenas por seus familiares, mas também por todos.

O passamento do José veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Presta-nos todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Aceite, pois, prezado amigo, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê merecido repouso. Descanse em Paz!

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Avelino Daniel endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Tozo, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lázaro Peixoto Bayer, nesta Capital. Era uma pessoa

muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gutir Kranz, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Albina Kachel Roncoski. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Isabel Granado Andrade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gersemina Maria Zanoni, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Catarina Machozek, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 160

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Marcelino Champagnat, pelo 8º lugar concedido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Diretor Claudedir Almeida da Silva, pelo endereço Rua São Salvador, 998 - Centro - CEP 86026-480 - Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marcelino Champagnat recebeu na última avaliação do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o 8º lugar. O SAEB apóia Municípios, Estados e a União da formulação de políticas que visam à melhoria da qualidade de ensino. Coleta informações sobre alunos, professores, diretores e escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Esta avaliação é realizada a cada dois anos pelo INEP/MEC.

Essa homenagem ocorreu na forma de reconhecimento aos Irmãos Maristas e La Sallistas que prestaram um grande serviço ao Estado do Paraná e à comunidade de Londrina.

Atualmente, após reformas do seu espaço físico, o Colégio possui 2600 alunos no Ensino Fundamental, Médio e CELEM e tem como proposta um modelo educacional permanente, aberto ao novo, dinâmico, interativo e atento à realidade que se transforma.

Neste sentido é que propomos nossos votos de congratulações ao Colégio Estadual Marcelino Champagnat pela premiação, como reconhecimento pela qualidade de ensino e a dedicação de seu corpo docente.

REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Adolar Lagos, pelo 9º aniversário como Presidente de Campo da Assembléia de Deus em Palmeira, pelo 38º aniversário de Pastorado e pela passagem de seu aniversário completando 80 anos de idade.

Requer ainda, que se dê ciência, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Alípio do Nascimento, 863 - CEP 84130-000 - Palmeira / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Exército Brasileiro, através do Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, General-de-Divisão Luiz Carlos Minussi, pelos 60 anos da conquista de Monte Castelo, na Itália, pelas Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB).

No dia 21 de fevereiro de 1945, às 05h30, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, enfrentando o rigoroso inverno europeu e as minas terrestres lançadas nas vias de acesso e após infrutíferas tentativas anteriores de conquista desencadeadas por tropas americanas e brasileiras, parte em direção ao objetivo. Nossos pracinhas sabiam que enfrentariam um inimigo experiente e com excepcional capacidade de combater e apesar de todos esses fatores contrários, ao cair da tarde tremulava, no Monte Castelo, bandeira brasileira.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à 5ª Região Militar: Rua 31 de Março, s/nº, Pinheirinho - CEP 81150-280 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 184

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações pela reinauguração do Hospital Cristo Rei, em data de 20 de fevereiro p.p., no Município de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dado ciência à Direção daquela Instituição de Saúde, através do Dr. Remberto Rojas Balderrama, enviando correspondência à Rua Piquiri, 1666, CEP 85460-000 - Quedas do Iguaçu / PR.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A saúde é o bem maior de todo o cidadão.

Cuidar dela com profissionalismo, respeito, dedicação, carinho e muito amor, é a obrigação de todos que atuam na área da saúde. Mais ainda, quando nos referimos a um centro hospitalar que deve ter a atenção redobrada. Afinal, nas mãos destes profissionais, muitas vezes são depositadas vidas de anônimos cidadãos.

O Hospital Cristo Rei, em Quedas do Iguaçu, é um exemplo de competência, seriedade e profundo respeito pela vida. Na verdade, são 38 anos, não de um trabalho, mas de uma missão que o médico Remberto Rojas Balderrama, Diretor-Clínico e sócio-proprietário do Hospital assumiu desde que chegou àquela cidade do Oeste do Paraná, há 35 anos.

O Hospital Cristo Rei reflete a própria história de sucesso do Dr. Remberto, um boliviano que adotou o Brasil como a sua terra. Um homem que veio estudar em Curitiba, formou-se através da Universidade Federal do Paraná - UFPR, realizou o seu período de residência médica no Hospital de Clínicas e, em seguida, seguiu para Quedas para um período de residência na então Casa de Saúde Cristo Rei. A partir daí, o Dr. Remberto tornou-se o primeiro médico do Município.

Hoje, com 38 anos, o Hospital Cristo Rei é motivo de orgulho para a população quedense, principalmente agora que foi reinaugurado. Devidamente equipado, utilizando a tecnologia de ponta existente no mercado, oferece as condições necessárias ao bom atendimento.

Mais do que trabalhar com a saúde, o Dr. Remberto trabalha diretamente com o bem-estar de todo o cidadão, do mais humilde ao mais graduado, indistintamente. O Dr. Remberto merece de nossa parte e da parte de toda a população de Quedas do Iguaçu e região, o maior respeito, o maior carinho e a nossa imensa consideração.

Parabéns pela reinauguração do Hospital Cristo Rei, nestes seus 38 anos de existência.

Parabéns ao Dr. Remberto Rojas Balderrama, pela causa da saúde, pela nobre causa da vida que o senhor abraçou.

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Rodrigues Martins e Inês Conforte Martins, que completou 53 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Antimônio.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao Rotary Club do Paraná pelo centenário daquela entidade no mundo, comemorado no Paraná na semana passada com um grande encontro em Curitiba, no qual foram homenageados três insígnies paranaenses: o Governador Roberto Requião de Mello e Silva - Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº - CEP 80530-909; o emérito engenheiro Cássio Ribas de Macedo - Rua Padre José de Anchieta, nº 1220; e o pioneiro hoteleiro Alceu Velozzo - Rua Cândido Lopes, 102 - CEP 80020-060, os dois últimos, antigos Governadores de Rotary, com quase 50 anos de presença na instituição.

Dê-se ciência deste voto aos três ilustríssimos homenageados e ao Governador do Rotary Club do Paraná, Emanuel Mascarenhas Padilha - Travessa Oliveira Belo, nº 67 - 10º andar, conjunto 1002 - CEP 80020-030, como sinal de apreço desta Assembléia Legislativa e do povo paranaense, ao ideal de serviço que aquele clube, fundado por Paul Harris, representa.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à APEOP - Associação dos

Empreiteiros de Obras Públicas do Estado do Paraná, na pessoa de seu ilustre Presidente, engenheiro Emerson Gava, pela realização, em Curitiba, nos dias 1º e 03 do corrente mês, do Fórum de Manutenção e Revitalização da Infra-Estrutura Viária Urbana, com o elevado patrocínio de J. Malucelli, Greca Asfaltos, e Indústria Metalúrgica Romanelli.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Os valorosos empreiteiros do Paraná, num momento de grave crise de obras públicas, e iminente apagão estratégico preocupam-se com a conservação do patrimônio viário da capital e da região metropolitana. Merecedores, portanto, do reconhecimento desta Casa enquanto preocupada com o bem comum.

REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, ao Costa Park Petiscaria, pelos excelentes serviços prestados à população curitibana e paranaense.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Baba Salim Café, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa, do 30º ano da turma Professor Ari Florêncio Guimarães, formandos de 1974 do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, pelos relevantes serviços prestados na área jurídica e à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor à Sra. Dra. Elaine de Paula Menezes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao Sr. Dr. Wander Eduardo Sardinha.

A referida homenagem se deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao Sr. Décio Augusto da Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao Sr. Darcisto Jacinto Prado.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de apoio ao Grupo Esperança, pelo brilhante e humano trabalho que vem

desenvolvendo junto a seus associados, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Pontua-se apenas, um dos trabalhos realizados, que foi a defesa e apoio durante a detenção do Sr. Francisco Martins, por policiais civis da Delegacia de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à Presidente do Grupo Esperança, Srta. Liza Mynelly, com sede à Travessa Tobias de Macedo, 53, 2º andar, Caixa Postal 554, Curitiba - PR. - CEP: 80.001-970.

Sou em Cristo!

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Militar do Município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Valdir Hidalgo Martinez (Esperança Nova - PR. - CEP: 87.545-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luciano Mardegan Maia. (Câmara Municipal - CEP: 87.545-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Militar do Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Marco Antonio Bogas Oliveira (Cafezal do Sul - PR. - CEP: 87.565-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Vieira dos Santos Oliveira. (Câmara Municipal - CEP: 87.565-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 145

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a

liberação de uma viatura, para a Polícia Civil, do Município de Douradinha, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. José Carlos Pedrosa (Douradina - PR. - CEP: 87.485-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Alberto Roberti. (Câmara Municipal - CEP: 87.485-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Luiz Bart Moreti (Brasilândia do Sul - PR. - CEP: 87.595-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Auxiliadora Medeiros. (Câmara Municipal - CEP: 87.595-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão (Cidade Gaúcha - PR. - CEP: 87.820-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudeni Pereira Leal. (Câmara Municipal - CEP: 87.820-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Marco Antonio Bogas Oliveira (Cafezal do Sul - PR. - CEP: 87.565-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Marta

Vieira dos Santos Oliveira. (Câmara Municipal - Cafezal do Sul - CEP: 87.565-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Sr. Valter Richter (Alto Piquiri - PR. - CEP: 87.580-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Sr. Décio Jardim Júnior (Alto Paraíso - PR. - CEP: 87.628-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão (Cidade Gaúcha - PR. - CEP: 87.820-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudeni Pereira Leal (Câmara Municipal - CEP: 87.820-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Sr. Décio Jardim Junior (Alto Paraíso - Paraná - CEP. 87628-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 148

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Alto Piquiri, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Sr. Valter Richter (Alto Piquiri - Paraná - CEP. 87580-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 151

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Brasilândia do Sul, Sr. Luiz Bart Moreti (Brasilândia do Sul - Paraná - CEP. 87595-000, bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Auxiliadora Medeiros (Câmara Municipal - CEP 87595-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de São Tomé, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Eliel Hernandez Roque (São Tomé - Paraná - CEP. 87220-000, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Erivaldo da Cruz - Câmara Municipal - CEP 87220-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Perobal, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Antonio Colognesi Sobrinho (Perobal - Paraná - CEP. 87517-000, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luiz Carlos Barradas - Câmara Municipal - CEP 87517-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Nova Olimpia Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Luiz Lázaro Sorvos (Nova Olimpia - Paraná - CEP. 87490-000, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Laudemir Gomes - Câmara Municipal - CEP 87490-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão (Cidade Gaúcha - Paraná - CEP. 87820-000, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudi Pereira Leal - Câmara Municipal - CEP 87820-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal, Sr. Marco Antonio Bogas Oliveira (Cafezal do Sul - Paraná - CEP. 87565-000, bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Marta Vieira dos Santos Oliveira - Câmara Municipal - Cafezal do Sul - CEP 87565-000).

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 153

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Geral do Detran, Marcelo Beltrão de Almeida, solicitando melhores condições e estrutura para a 12ª Circunscrição Regional de Trânsito - sediada em Londrina.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando reposição dos dez agentes da Polícia Civil, lotados na 10ª Subdivisão Policial, que desfalcarão a segurança pública na cidade de Londrina por quatro meses, em razão do Curso de Formação que farão, na capital do Estado.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o douto Plenário, e:

- Considerando que o concurso para a Polícia Rodoviária Federal, realizado em 2004, ofereceu inicialmente 2.200 vagas, tendo contado com 524.000 inscritos;

- Considerando que, segundo informações, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encaminhou pedido ao Ministério da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão para o preenchimento de mais 1.100 vagas;

- Considerando que a falta de efetivo para o policiamento dos mais de 60 mil quilômetros da malha viária federal é considerado pela corporação como o maior problema enfrentado hoje;

- Considerando que a portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de nº 450, de 06 de novembro de 2002, em seu artigo 14, diz: "Art. 14. Durante o período de validade do concurso público, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a nomeação ou contratação de candidatos classificados e não convocados, até o limite de cinquenta por cento a mais do quantitativo original de vagas", tornando viável, portanto, o atendimento da solicitação do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

- Considerando o movimento que vem sendo realizado pelos candidatos aprovados e excedentes no concurso de 2004, para que se concretize a aprovação das 1.100 vagas;

- Considerando que, no caso da autorização para o preenchimento das 1.100 vagas, a medida contemplaria vários candidatos paranaenses, REQUER o envio de ofício aos Ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando empenho no sentido de autorizar o atendimento da Polícia Rodoviária Federal para o preenchimento de 1.100 vagas em seu efetivo.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Movimento dos excedentes no Concurso Público para provimento de vagas no Cargo de Policial Rodoviário realizado em 2004, surgiu da necessidade dos candidatos aprovados e classificados como excedentes no ? convocados até cinquenta por cento de sua categoria, nos termos do artigo 14 da Portaria nº 450/2002 do Ministério de Orçamento e Gestão. A organização do Movimento tem sede no Rio de Janeiro e representações estaduais em treze unidades da Federação, incluindo Mato Grosso do Sul.

O concurso ofereceu um número inicial de 2.200 (duas mil e duzentas) vagas, podendo ser ampliado em mais 1.100 (mil e cem), o que, conforme acredita este Parlamentar, contribuiria substancialmente para diminuir o déficit em policiais rodoviários federais, apresentado em diversos Estados, sem onerar o Executivo com o desgaste de realizar novo concurso público.

Assim, conclamo meus colegas de Parlamento para que juntos, possamos prestar nosso apoio e solidariedade a esta classe que se uniu em torno de uma reivindicação das mais justas e benéficas à sociedade.

REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como aos Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, solicitando dos mesmos providência no sentido de amenizar a grave e perigosa crise que a agricultura brasileira está sofrendo.

Em face da situação aflitiva, solicita-se as seguintes medidas urgentes para minorar os efeitos da crise:

1. prorrogação dos débitos vencidos e vincendos dos financiamentos, principalmente os de investimentos, com grande urgência para os produtores de trigo;

2. aumento de recursos para a comercialização de produtos agropecuários; adoção de uma nova política cambial que reduza o impacto do valor do dólar nos preços dos produtos de exportação;

3. mudanças na política de navegação de cabotagem para permitir que produtos do Sul do País (milho, trigo, arroz, madeira) possam ser comercializados no Norte/Nordeste em condições de igualdade com os importados;

4. investimentos urgentes, com recursos da CIDE, para recuperar a malha rodoviária, eliminar os gargalos ferroviários e para a recuperação decorrentes do valor final dos produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando, informar quanto gastou a Administração Pública com restauração de rodovias estaduais efetivamente realizada no período de 01 de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, informar quanto gastou a Administração Pública com restauração de rodovias estaduais efetivamente realizada no período de 01 de janeiro de 1991 a 31 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 179

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando cópia do estudo de viabilidade financeira relativo à instituição do pedágio de manutenção nas rodovias estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, NELSON JUSTUS, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, PLAUTO

MIRÓ GUIMARÃES, JOSÉ DOMINGOS SCARELLINI e BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 180

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informar se, ao repactuar os contratos de concessão das rodovias hoje pedagiadas, conforme contratos preliminares, com previsão de celebração de Termo Aditivo, houve relativamente às obrigações contratuais das concessionárias, dispensa de investimentos referentes às obras de melhoria e ampliação da capacidade das rodovias?

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, NELSON JUSTUS, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, JOSÉ DOMINGOS SCARELLINI e BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 186

Senhor Presidente:

Atendidas as exigências regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando que o mesmo informe porque a VIAPAR transferiu de 2005 para 2008 a construção do Contorno Norte de Maringá.

Trata-se de obra essencial para o desenvolvimento da região de Maringá e mais uma vez foi retardada sua execução.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Planaltina do Paraná, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes. O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao desloca-

mento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Uniflor, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes. O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Tapira, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes. O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm mui respeitosa-

mente REQUERER o envio de correspondência ao Coronel Silvio Santos de Moraes Sarmento, Comandante do Policiamento da Capital, solicitando especial atenção para os índices alarmantes de violência que afligem os moradores do Bairro Jardim Social, nesta capital.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

No jornal Gazeta do Povo de 22 de fevereiro, foi divulgado que os moradores do Jardim Social estão assustados com o grande número de roubos de veículos e assaltos a residências ocorridos nas últimas semanas. Do dia 26 de janeiro até o dia 21 de fevereiro (26 dias), 17 veículos foram roubados na região.

Dois assaltos com requintes de extrema violência em que as famílias envolvidas foram mantidas como reféns de marginais durante horas, ocorreram nos dias 21 de janeiro e no segundo um senhor de 62 anos foi covardemente espancado pelos assaltantes, vindo a falecer dias depois.

Devido ao fato de o Jardim Social ser um dos bairros menos populosos de Curitiba, o elevado número de carros roubados é ainda mais agravante. Segundo dados do Censo realizado no ano 2000, vivem na região 6.085 pessoas.

Ainda segundo a reportagem, dois outros motivos atraem os assaltantes para o Jardim Social. O primeiro é que o bairro concentra moradores de alto poder aquisitivo, e o segundo é pela sua localização estratégica, que possui fácil acesso à BR-116, sendo os veículos levados para a região metropolitana, principalmente Colombo e Quatro Barras.

Frise-se que o presente requerimento manifesta a posição deste Legislativo que entende que para diminuição da violência no bairro é necessário maior atenção da Polícia Militar, atuando de forma mais ostensiva e com maior contingente policial na região, proporcionando o retorno da tranquilidade aos moradores do mesmo.

Não se pode permitir que um bairro antes considerado tranquilo e seguro, e com índices de violência considerados baixos, possa vir a estampar páginas policiais em tempos vindouros.

Sabemos que a segurança pública tem se constituído num grande desafio para os governantes e acima de tudo para a sociedade, mas acredito que com a tomada das simples medidas acima mencionadas podemos combater e diminuir os índices de violência que estão a ameaçar os moradores do Bairro.

Assim, ante todo o exposto que manifesta o entendimento desta Casa de Leis, pedimos que o mais rapidamente sejam tomadas as devidas providências para coibir a violência que se apresenta.

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr.

Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pesutti, pedido de informações a respeito dos possíveis prejuízos dos moinhos de trigo do Estado do Paraná, causados pela decisão do Governo de São Paulo, de reduzir a alíquota do ICMS de 7% para 0% na comercialização de farinha de trigo e derivados. Tais informações deverão ser encaminhadas juntamente com os números das vendas dos moinhos paranaenses ao mercado paulista no último ano e a previsão para 2005.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, pedido de informações a respeito da possível perda de arrecadação do Estado do Paraná, causada pela decisão do Governo de São Paulo de reduzir a alíquota de ICMS de 7% para 0% na comercialização de farinha de trigo e derivados. A decisão acarretará em perda de competitividade dos moinhos paranaenses e conseqüente diminuição de vendas ao mercado paulista, principal destino dos derivados de trigo do Paraná.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando informações a respeito da quantidade movimentada de soja, milho e farelo de soja dos anos de 2002, 2003 e 2004, informações estas que deverão ser remetidas mês a mês.

Outrossim, aproveitamos a oportunidade para solicitar envio de informações a respeito de qual a quantidade de devolução da retenção técnica da movimentação de soja, milho e farelo de soja no Porto de Paranaguá, nos anos de 2003 e 2004, mês a mês.

Ainda, quais os problemas e as dificuldades encontradas no que diz respeito à devolução aos seus legítimos donos da retenção técnica da movimentação de soja, milho e farelo de soja dos anos de 2003 e 2004, já que estamos entrando na movimentação da safra de 2005.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o Plenário, SOLICITA o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências para a construção de módulo policial e a colocação de mais policiais para atendimento preventivos à população de cerca de 40.000 moradores da região do Jardim Lancaster, da cidade de Foz do Iguaçu.

A subscrição desta solicitação é originado não só na constatação deste Parlamentar, mas também de inúmeras reclamações daquela região populosa de Foz do Iguaçu, que de forma organizada reivindicam, através de diversos abaixo-assinados (moradores, empresários e estudantes), a construção de módulo policial e a contratação de mais policiais para atuarem numa parte da cidade, já totalmente em pânico na questão segurança. Em função da deficiência, os índices de roubos, assaltos, arrombamentos, e tantos outros ilícitos, vêm aumentando assustadoramente a cada dia. Ressalte-se que o módulo policial que atende o bairro e região, está muito distante e sem policiais suficientes para atender uma região ainda maior, ou seja, quase toda parte norte da cidade. Nem mesmo atende satisfatoriamente à população do bairro onde se localiza o módulo existente e mais próximo.

Por isso, entende este Parlamentar, assim como a comunidade local, a necessidade urgente de melhorar o aparelhamento policial daquele bairro e região.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o Plenário, SOLICITA o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências para a construção do trevo da BR-277 com a rodovia de acesso a Vera Cruz do Oeste.

Tal solicitação se justifica em função de ser reivindicação antiga da população e sociedade organizada daquela comunidade e região, que desejam ver esta obra concretizada, que é necessária, dado ao fato de inúmeros acidentes naquele trecho da BR-277, face às dificuldades no acesso comum, especialmente para veículos de cargas no trabalho de escoamento de produtos da agricultura e pecuária de Vera Cruz do Oeste e outros Municípios vizinhos, ressaltando ainda a importância da via, na ligação que faz a partir do trevo

a diversos outros Municípios da Região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Padre Roque Zimmermann, no sentido de viabilizar recursos financeiros para construção de centros comunitários na Vila Recife e no Conjunto Habitacional Novo Ubiratã, Município de Ubiratã.

A propósito, estamos anexando cópia do Ofício 024/2005 da Câmara Municipal.

Requer, outrossim, que seja enviado cópia do expediente ao Vereador Marcos da Silva Retamero.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) RATINHO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 247-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente, SUGERIR, ouvido o douto Plenário e tendo em vista que os vãos JJ 3031 e JJ 3030, entre o Aeroporto de Congonhas/Foz do Iguaçu/Aeroporto de Congonhas, terão sua autorização provisória do DAC - Departamento de Aviação Civil vencida em 06.03.2005 e que até a presente data não há qualquer manifestação pela autorização definitiva dos vãos citados e considerando que tais vãos mantêm uma ocupação superior a 60% e que a sua manutenção significará um importante instrumento para a consolidação do destino Foz, como um destino do Turismo de Evento, o envio de expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a concessão definitiva de autorização para operação dos referidos vãos.

Brigadeiro do Ar Jorge Godinho Barreto Wery, Presidente do Departamento de Planejamento - DAC - Fone XX21 3814-6731 e o Brigadeiro do Ar Hélio Paes de Barros Junior, Diretor do Subdepartamento de Planejamento - DAC - Fones XX21 3814-6703/3814-6733/3814-6833 ou fax: XX21 3814-6833.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O aumento de vãos para o destino Foz do Iguaçu é uma antiga reivindicação dos setores envolvidos no turismo local.

Com muita luta, numa conjugação de esforços da comunidade de Foz os vãos em discussão foram autorizados provisoriamente e provaram ser viáveis.

Hoje é necessário a autorização definitiva dos mesmos, somando-se aos esforços para o desenvolvimento pleno de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para que preste as seguintes informações a respeito das obras de recuperação da Rodovia Parigot de Souza PR-092, no trecho entre Jaguariaíva e Arapoti:

- A data provável do início e término da recuperação do trecho rodoviário da rodovia PR-092 entre Jaguariaíva e Arapoti.

- Qual o cronograma de execução das obras acima referidas? Juntar cópia do planejamento.

- Há recursos orçamentários já autorizados? Qual o montante?

- Por que as obras de recuperação do referido trecho rodoviário ainda não foram iniciadas?

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Este pedido apresenta-se no sentido de acompanhar as obras de recuperação da nossa malha rodoviária. A Rodovia Parigot de Souza PR-092, além de importante para Arapoti, Jaguariaíva, Wenceslau Braz e região, é fundamental para o escoamento da safra do Norte do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Quanto à matéria específica, as informações veiculadas na imprensa em maio de 2004 pela Regional de Ponta Grossa do Departamento de Estradas de Rodagem foram de que, no segundo semestre de 2004, as obras já estariam em andamento. Essas matérias ocorreram após protesto realizado no referido trecho rodoviário por moradores da região e devido aos graves acidentes que vêm ocorrendo neste trecho.

Esta são as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, para que preste as seguintes informações a respeito da

morte de um adolescente nas dependências do Hospital Colônia Adauto Botelho e do funcionamento desta unidade atendendo a internamentos de pacientes com mandato judicial:

- A data provável do início e término da recuperação do trecho rodoviário da rodovia PR-092 entre Jaguaíva e Arapoti.

- Qual o número de internamentos de adolescentes com prática de ato de infração nos últimos cinco anos, com mandato judicial?

- O tempo de permanência dos adolescentes com essas características (doença psiquiátrica e que tinha histórico de ato em desacordo com a lei).

- Número de reinternamentos desses pacientes adolescentes.

- Na alta do paciente, o mesmo é referendado por outro serviço de saúde? Qual?

- Qual é o número de pacientes que após receber alta permanecem no Hospital Colônia Adauto Botelho devido à recusa do juiz em acatar a alta médica? Qual a alegação dos juízes? Qual a ação da direção no sentido de buscar esclarecer os juízes sobre a necessidade de buscar a ressocialização desses pacientes? Qual era o tempo médio de permanência desses pacientes após a alta?

- Qual medida toma a direção do Hospital Colônia Adauto Botelho para adequar a unidade hospitalar para atender aos pacientes internados por ordem judicial?

- O Conselho Local de Saúde do HCAB e o Sindicato afirmam que já haviam alertado a direção do HCAB dos problemas decorrentes do atendimento daquela unidade, tanto por falta de quantidade de servidores, quanto capacidade de formação dos profissionais para prestar atendimento adequado aos pacientes que tenham praticado ato ilegal. Qual resposta foi dada a essas entidades?

- Qual alternativa a Secretaria de Estado propõe para atender casos similares sem que fatos ocorridos voltem a acontecer? Há possibilidade de criar uma unidade apropriada destinada a esse tipo de atendimento especializado?

- Qual segurança que a direção do Hospital Colônia Adauto Botelho oferece aos pacientes internados e servidores lotados nesta unidade? Que ação a direção tomou após a ocorrência de 25 de fevereiro?

- Qual a quantidade de funcionários, no horário normal e plantão, lotados no Hospital Colônia Adauto Botelho? Qual a relação funcionário/paciente nas diversas alas do Hospital Colônia Adauto Botelho?

- Quais providências foram tomadas pela direção do HCAB após relato de que Mailcon estava com comportamento alterado na sexta-feira à tarde?

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Esta-

dual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Esse pedido apresenta-se no sentido de acompanhar qualidade dos serviços prestados à sociedade e das condições de trabalho dos servidores estaduais da saúde.

Uma das rotinas do serviço de enfermagem é relatar as ocorrências da unidade. A enfermagem afirma que desde a internação do adolescente Mailcon há registro relatando os comportamentos inadequados e as ameaças de morte a funcionários e demais pacientes. Na manhã de sábado 26.02.2005, funcionários relataram para membros do Conselho Local de Saúde do HCAB, ao Sindicato e ao assessor do nosso mandato, que na tarde de sexta-feira foram relatados do comportamento bastante alterado do adolescente Mailcon para a direção do hospital, solicitando que fossem tomadas medidas preventivas para evitar maiores problemas.

Estas são as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, questionando se há alguma espécie de patrocínio ou de apoio financeiro por parte do Governo do Estado à Federação Paranaense de Futebol para transmissão dos jogos do campeonato estadual deste ano pela RTVE - Paraná Educativa.

Em caso afirmativo, qual o montante gasto e por qual ente da Administração, direta ou indireta, foi pago?

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO 200

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Colônia Antônio Prado, sito no Município de Almirante Tamandaré, que solicitam policiamento ostensivo nas proximidades do ponto final do ônibus da linha Almirante Tamandaré. Ocorrem assaltos com frequência nos ônibus dessa linha, nas ruas, na saída da igreja, em todos os lugares e a qual-

quer momento. O local é muito escuro e os assaltantes aproveitam para atacar suas vítimas.

A comunidade encontra-se muito apreensiva e sem segurança alguma, motivo pelo qual pedem o policiamento o mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO 237

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Educação - SEED, no sentido de atender o pedido do Sr. Marcos Silam de Oliveira, residente à Rua Eldorado nº 56 - Bairro Jardim Itamarati - Vila Graziela - Município de Almirante Tamandaré, que, em nome dos pais de alunos da Escola Estadual Maria Pereira Martins - Ensino Fundamental - Bairro Barreirinha, feito através do Ofício 04/2005, dessa Escola, o qual segue anexo.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente através dos telefones 698-1513 e 9902-8239.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO 238

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Educação - SEED, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosana Hein, residente à Rua Brasil para Cristo nº 02 - Bairro Boqueirão, que, em nome dos pais de alunos do Colégio Estadual Donatila Caron do Anjos - Bairro Uberaba, solicita uma melhor atenção ao estado de conservação desse colégio. Ela afirma que o mesmo encontra-se abandonado, o pátio está cheio de mato e lixo, necessitando de uma limpeza urgente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 284-3409.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 063/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a presença de porta com detector de metais ou similar em shoppings centers e cen-

tros comerciais que possuam acima de dez estabelecimentos.

Art. 2º Verificada a presença de qualquer arma de potencial ofensivo, os seguranças deverão manter o infrator sob custódia em sala especial até a chegada da polícia, que deverá ser imediatamente informada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros acidentes vêm ocorrendo no interior dos shoppings centers, sendo que os mesmos apresentam restrita segurança em seu interior, ante a inviabilidade de seus agentes possuírem armas de fogo ou qualquer outra forma de obstaculizar a atividade de criminosos armados em seu interior.

PROJETO DE LEI Nº 064/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 13.469, de 14 de janeiro de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Creche Tia Lucia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Tia Lucia, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da Lei nº 9148/89, que declarou de Utilidade Pública a Creche Tia Lucia, que através de decisão de sua assembléia geral, passou a denominar-se Centro de Educação Infantil Tia Lucia.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto de lei em tela.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado do Paraná manterá o Fundo Estadual de Saúde, criado na forma da Lei nº 10.703, de 10 de janeiro de 1994, destinando para as ações e serviços

públicos de saúde o mínimo de 12% (doze por cento) do seu orçamento anual.

Art. 2º Para a base de cálculo visando à apuração dos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços de saúde pública, estabelecida pelo artigo 1º desta lei, utiliza-se a seguinte somatória:

I - total das receitas de impostos de natureza estadual;

II - receitas de transferências recebidas da União;

III - imposto de renda retido na fonte (IRRF);

IV - outras receitas correntes.

Parágrafo Único - Desta somatória devem ser subtraídas as transferências financeiras e legais dos Estados aos Municípios.

Art. 3º Consideram-se despesas com ações e serviços de saúde pública as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, abaixo designadas:

I - assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

II - vigilância epidemiológica e controle de doenças;

III - vigilância sanitária;

IV - vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;

V - educação para a saúde;

VI - saúde do trabalhador;

VII - assistência farmacêutica;

VIII - atenção à saúde dos povos indígenas;

IX - capacitação de recursos humanos do SUS;

X - pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

XI - produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados e equipamentos;

XII - saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Estadual de Saúde;

XIII - serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

XIV - atenção especial à saúde dos portadores de deficiência;

XV - ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução de ações indicadas nos itens anteriores.

Art. 4º Em nenhuma hipótese poderão ser considerados como despesas de ações e serviços de saúde pública os seguintes gastos:

I - aposentadorias e pensões de pessoal inativo;

II - assistência à saúde de clientela fechadas;

III - merenda escolar;

IV - saneamento básico realizado por órgãos de administração indireta, com recursos provenientes de taxas ou tarifas;

V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente do Estado ou por entidades não governamentais;

VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no artigo 3º e não promovidas pelo órgão de Saúde do SUS.

Art. 5º Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.03.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

A construção do Sistema Único de Saúde se deu e, ainda se dá através de um amplo processo de mobilização da sociedade brasileira. Discentes e docentes das nossas universidades, entidades de trabalhadores e da saúde em particular, gestores das três esferas de governo e partidos políticos, estiveram nesta luta lado a lado. A ampla mobilização abrangeu todos os segmentos, porém é necessário ressaltar o importante papel de vanguarda dos partidos de esquerda na condução deste processo.

Fatos marcantes da construção do SUS como a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - o CEBES - em 1976, passando pelo Encontro de Secretários Municipais da Saúde, na década de 70, em Campinas, Niterói e Londrina, dos simpósios da Câmara em 1979 e 1984, da realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1985 até a Constituição Federal de 1988, é importante ressaltar, tiveram a participação decisiva das entidades e de personalidades brasileiras em geral e de paranaenses em particular.

A construção de um sistema de saúde incluyente, justo e democrático ocorreu e ainda ocorre no campo da política, da doutrina, dos aspectos jurídicos e legais, como também no campo do financiamento. Neste sentido devemos ressaltar a importância de Valdir Pires e Eduardo Jorge, respectivamente, na época, Deputados Federais do PMDB e do PT, pela ousadia, já em 1993, de propor, através de emenda à Constituição, a criação de mecanismos que pudessem financiar os sistemas de saúde brasileiro com recursos claros e precisos. Esta luta culminou com a Emenda Constitucional nº 29, aprovada em 13 de setembro de 2000. Teve o decisivo apoio de todos os partidos políticos, e da imensa maioria de Deputados e Senadores do Congresso Nacional. E façamos justiça, do apoio do então Ministro da Saúde José Serra, mesmo que para isso tivesse que brigar com a equipe econômica do

Governo Federal e com diversos Governadores de Estado.

Com a criação de mecanismos claros de financiamento para o SUS, através da Emenda nº 29, tornou-se imperativo que Estados, Distrito Federal e Municípios regulamentem em seus respectivos poderes as alterações ocorridas na Constituição Federal.

Os recursos alocados pelos Estados e pelo Distrito Federal deverão obedecer ao disposto pela Emenda Constitucional nº 29 no seu artigo 7º, que alterou o artigo 77 da Constituição Federal de 1988 com a seguinte redação:

“Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados, nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes”.

Complementando com o inciso II, deste artigo, com a seguinte redação:

“No caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios”.

No parágrafo dos incisos I e II do artigo em questão, é explicitada a forma para que Estados e Municípios alcancem gradativamente o patamar de 12 e 15%, respectivamente, indicado no texto com a seguinte redação:

“Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradativamente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos 7% (sete por cento)”.

Tendo por base a legislação acima citada e a Resolução nº 316, de 4 de abril de 2002, do Conselho Nacional de Saúde, ficou estabelecido que no ano 2000, os Estados e o Distrito Federal deveriam ter aplicado, no mínimo, 7% (sete) do seu orçamento em saúde; no ano de 2001, 8% (oito); no ano de 2002, 9% (nove); no ano de 2003, 10% (dez); e no ano de 2004, 12% (doze).

É importante ressaltar que no ano de 2000, só foi aplicado 2,40%, deixando de aplicar R\$ 205.293.546,00; no ano de 2001, só foi aplicado 3,70%, deixando de aplicar R\$ 217.165.053,00; no ano de 2002, só foi aplicado 4,52%, deixando de aplicar R\$ 260.959.342,00, segundo os dados dos respectivos Balanços, sendo que, os dados de 2003 e 2004, até esta data, ainda não foram informados ao SIOPS-MS, e a previsão orçamentária para o ano de 2005 pode nos levar ao grave erro de acharmos que os recursos estão sendo aplicados no setor de saúde de forma correta e como se vê há uma defasagem significativa em relação ao preceituado pela Constituição Federal.

Porém, a análise dos gastos reais através dos balanços anuais demonstram que os órgãos estaduais têm se utilizado de subterfúgios ao computar gastos que não são referentes às ações e serviços de saúde pública, como se o fossem. Os estudos realizados pelo Sistema de Infor-

mações de Orçamentos Públicos de Saúde (SIOPS) do Ministério da Saúde apresentam, através da análise dos balanços do Estado do Paraná e do expurgo de despesas indevidas, tais como: gestão do sistema de saúde dos servidores do Estado do Paraná, programas de saneamento ambiental (Paranasan-SANEPAR, drenagem de aterro e poços, coleta de lixo, SUDERHSA), promoção e execução da defesa sanitária animal e vegetal, TECPAR (vacinas), administração do complexo penal, entre outros gastos.

Ao analisar o dispêndio de recursos dos orçamentos estaduais (dados do SIOPS-MS) demonstra que o nosso Estado, ao aplicar somente 3,70% do seu orçamento, em 2001, quando deveria ter aplicado no mínimo 8%, verificamos que temos a segunda pior colocação, referente à aplicação de recursos, ficamos, somente, na frente do Estado do Maranhão, que gastou a ridícula soma de 1,76% com ações e serviços de saúde pública.

Todos os estudos realizados por especialistas e secretários municipais de Saúde do Estado do Paraná, apresentam de forma insofismável, que as aplicações orçamentárias não foram efetivadas conforme o estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000; a Resolução nº 316/2002 e a Resolução nº 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde, a Portaria Ministerial nº 2047/2002 e 466/2004.

Desta forma, o presente projeto de lei complementar, ora apresentado, pretende ratificar que os recursos advindos do orçamento do Estado para a Saúde, sejam calculados de forma correta e aplicados de maneira segura, obedecendo aos rigores da lei, e não considerando pura e simplesmente a boa ou má vontade do governante com a área da Saúde. Obter um financiamento previsível e seguro por parte do orçamento é garantir aos paranaenses um sistema de saúde digno, justo e de qualidade.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria aproveitar meu pronunciamento desta tarde para apresentar aqui a afirmação daquilo que eu havia dito na tarde de ontem ao Deputado Jocelito Canto, mas como ele não está presente, aguardarei até segunda-feira para fazer-lhe a entrega oficial de uma fita que revela coisas fantásticas, com relação a uma visita do Governador Roberto Requião à cidade de Ponta Grossa, quando o Prefeito daquela cidade era o Deputado Jocelito Canto.

É oportuno fazermos aqui também uma breve lembrança de um fato recente que estremeceu a Nação brasileira - desde o mais humilde cidadão deste País até as cabeças pensantes - que presenciaram, em rede nacional, o pronunciamento do nosso Presidente da República.

De uma forma drástica, lamentável, teceu críticas severas e fez acusações ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele não fez nenhuma denúncia. Pelo contrário, acobertou possíveis denúncias, irregularidades apontadas com relação ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

Um chefe de Estado não pode ter um comportamento como teve o Presidente da República. Com certeza o mundo deve ter ficado estupefato com o seu pronunciamento.

Em função disso, movimentou-se o País como um todo, de forma especial a classe política. Tenho acompanhado manifestações no Senado Federal pedindo providência à Casa, ao Congresso Nacional para que apure e que o Presidente da República se retrate com relação ao seu pronunciamento, feito em rede nacional.

Uma interpelação junto ao Supremo Tribunal Federal foi feita pelo PSDB e pelo PFL e, com certeza, muito em breve teremos resultados positivos com relação a isso.

Não dá para conceber, partindo de um Chefe de Estado, tamanha irresponsabilidade e inconseqüência em um pronunciamento.

Deveria ter a grandeza de, tão logo tomou conhecimento - já que disse em alto e bom som, de viva-voz ao País que lhe foi trazido uma denúncia - de imediato deveria tomar as providências.

O que é mais grave, além de mostrar à Nação brasileira denunciar uma possível irregularidade feita pelo ex-Presidente da República, já de imediato o seu companheiro e ex-Presidente do BNDS o desmentiu, publicamente, dizendo que não havia afirmado nada com relação àquilo que o Presidente da República tinha se pronunciado.

Por isso, Srs. Deputados, como Líder do PSDB, nesta Casa, em nome da Bancada do PSDB, temos que colocar e externar a nossa manifestação de repúdio por esse comportamento inconseqüente e lamentável acontecido e, acima de tudo, partindo de um homem que tem a envergadura de comandar o País como Chefe de Estado. É um episódio que mancha, com certeza, toda trajetória pública da vida do Presidente Lula da Silva. Nasceu no berço da militância partidária, cresceu ao longo da sua vida pública com uma imagem construída pela firmeza dos seus pronunciamentos, mas no comando do seu país tem tido um comportamento que deixa muito a desejar com relação à sua postura.

Não pode o nosso Presidente da República, de improviso, cometer tamanhas gafes. Não está falando para o seu Partido, para uma reunião partidária, para uma reunião sindical; está falando como Chefe de Estado e, portanto, a sua falta tem repercussão internacional. Por

essa razão, não podemos ficar calados diante de uma manifestação tão inconseqüente como essa!

Uso esta tribuna para fazer esse registro, em defesa até do nosso ex-Presidente da República, um homem sério, honrado e decente que tem uma imagem construída no mundo, com certeza digna de elogios e é respeitado por todos! Por isso, quero crer que o próprio ex-Presidente já tomou as suas providências (e o Brasil inteiro assistiu isso) de fazer com que o nosso Presidente da República se retrate publicamente, e diga aos brasileiros que realmente cometeu uma insanidade mental.

Essa é a expressão que lhe cabe, neste momento, em função da levandade de seu Chefe de Estado que merece o respeito de todos nós, porque recebeu na urna e foi consagrado com a maioria absoluta dos votos dos brasileiros, mas que está deixando muito a desejar com relação ao seu comportamento, à sua forma de manifestar-se e de expressar-se em nível de nação brasileira.

Era esse o registro, como Líder do PSDB: manifestar a minha insatisfação e a nossa indignação com relação ao comportamento do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu vim aqui para fazer um pronunciamento, mas preciso, antes, dizer ao Traiano que o PSDB quer criar uma instabilidade no País e, de fato, os resultados econômicos apontados pelo IBGE devem estar dando uma “dor de cotovelo” muito grande. O País está indo bem, e quer-se criar uma instabilidade em função dessa fala do Presidente. Tenho certeza que o Presidente Lula está sabendo o que está fazendo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado. (**Lê**):

“O que me traz a esta tribuna, nesta tarde, é uma preocupação que, tenho certeza, preocupa também V. Exas, como de fato preocupa a nossa sociedade.

Será que a Lei de Responsabilidade Fiscal é para valer?

Esta é a pergunta para a qual os nossos Prefeitos e Vereadores estão buscando respostas.

Durante o recesso de fim de ano, tive oportunidade de visitar mais de trinta Municípios em praticamente todas as regiões do Estado, e a realidade é uma só: Municípios com as finanças desequilibradas, com problemas sérios, em flagrante desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

E acredito que essa foi também a realidade que os nobres colegas encontraram nos Municípios de sua base.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um marco na história da administração pública no Brasil. Com ela, ficaram estabelecidos os parâmetros e os limites antes nunca muito claros na legislação que existia.

A bem da verdade, Sr. Presidente e nobres Deputados, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, era praticamente impossível responsabilizar os maus administradores.

A coisa pública no Brasil sempre foi considerada a “casa da mãe Joana”, como se diz.

Alías, a mistura de dinheiro público com interesses privados é uma das características mais destrutivas da nossa política, mas isso precisa mudar e está mudando.

Nunca, em toda a história deste País, Sras. e Srs. Deputados, a criminalidade na administração pública foi tão combatida, tão investigada, tão responsabilizada.

Mas, não basta prender os juízes que vendem sentenças. Não basta prender os agentes públicos que ficam ricos à custa do achaque, não basta cassar os Parlamentares corruptos, não basta destituir os mandatos dos envolvidos em crimes comuns.

O que está acontecendo a nível nacional precisa acontecer também em nossas cidades, onde a coisa pública foi e é tratada de forma irresponsável, de forma criminosa.

Para isso, a Lei de Responsabilidade aí está, mas é preciso que ela seja aplicada.

Não é segredo para ninguém a situação em que se encontram a maioria das Prefeituras: o quadro nos Municípios vai de preocupante a calamitoso.

Para ilustrar, tomo aqui como exemplo o caso do Município de Nova Laranjeiras, na região Central do Estado.

Onde o Prefeito Eugênio Bitencourt, do Partido dos Trabalhadores, encontrou na Prefeitura um quadro digno de um filme de terror.

Não bastasse o descontrole das finanças, com contas a pagar sem a devida provisão de recursos, prática que é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, praticamente todos os computadores, veículos e máquinas do Município foram sabotados no apagar das luzes da administração anterior. Em Nova Laranjeiras, colegas Deputados, essa herança está sendo tratada como realmente ela é: caso de polícia.

Tomo o exemplo de Nova Laranjeiras, mas poderia certamente citar aqui outros tantos municípios, onde os novos administradores e a população esperam que a lei seja cumprida e os irresponsáveis, penalizados.

Nosso papel, Sras. e Srs. Deputados, é oferecer respaldo aos que querem fazer valer a Lei de Responsabilidade Fiscal, para acabar com a impunidade e estabelecer uma cultura baseada na ética, no trato da coisa pública.

É isso que esperamos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Tivemos, em sessenta dias exatos, na cidade de Londrina, 31 pessoas assinadas. Dia sim, dia não, tomba um cidadão londrinense, vítima da violência que nunca atingiu níveis tão grandes como esse, na segunda maior cidade do Estado. Neste mês, o Mês das Mulheres - boa parte dessas 31 vítimas de assassinato eram moças, jovens, mães de família, donas-de-casa, profissionais, sendo assassinadas - também outro fenômeno que merece a nossa atenção.

A preocupação deste Deputado, com a segurança, me faz novamente subir a esta tribuna, para fazer aqui duas graves denúncias na tarde de hoje, porque é minha preocupação enquanto Parlamentar.

A primeira delas é que morreu na madrugada de ontem, segundo a imprensa, no interior da Casa de Custódia de Londrina, um cidadão que tinha sido acusado de abusar sexualmente da sua filha de sete anos. É um fato grave. Não vamos entrar aqui no mérito da questão, mas morre dentro de uma unidade prisional e o Estado tem a responsabilidade e o dever de zelar por esse preso, não importa o crime que ele tenha cometido.

Outra versão dá conta de que ele teria morrido dentro de um distrito policial da nossa cidade. Também não importa, mas é uma denúncia gravíssima.

Outro fato gravíssimo é que existe, segundo os repórteres policial de Londrina, uma lista com vinte nomes, de jovens na faixa de dezoito anos ou menos, que estão marcados para morrer.

Na madrugada que passou, tivemos a morte do Alan Diego de Souza de dezessete anos; de Carlos Henrique Delfino de vinte anos. Mortos por execução, com tiros de pistolas calibres 380 e 765 e, o que é mais grave, Alan Diego de Souza tinha acabado de deixar as dependências do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator; também estava na lista. É mais uma vítima do sistema e da incompetência tanto na área da Secretaria do Emprego Trabalho e Promoção Social, quanto também, na questão da Segurança Pública.

O que vai esperar acontecer o Governo do Estado, para tomar as providências em relação a essas vítimas, em relação a essa morte dentro da Casa de Custódia, ou em relação também à execução desses jovens que estão com a certeza de acabarem mortos mais cedo ou mais tarde?

O que nós vamos fazer? Aqui mesmo nesta Casa, se fizerem uma pesquisa, tenho certeza que boa parte dos Deputados pediria a saída do atual Secretário da Segurança Pública. Nós já tivemos inúmeras vezes a oportunidade de sugerir isso ao Governador e, mais uma vez eu relembro dos casos de violência que sofreram os Deputados desta Casa.

Recentemente a Deputada Cida Borghetti foi vítima dessa violência. E nós estamos vendo que é uma

ação pontual, que é na Avenida das Torres, aqui em Curitiba, mas como é que ficam cinco conjuntos em Londrina, o Jardim Marcanã? Como é que fica o Jardim São Jorge, o centro da cidade, Maringá, Foz do Iguaçu e tantas outras, que não têm a sorte de possuir uma força-tarefa no quintal da sua casa? Nós queremos essa ação em todo o Estado sem a força política, mas que trate de forma técnica e combate eficientemente a violência.

Tanto se falou de geoprocessamento, que é uma palavra bonita, Delegado Bradock. O senhor é Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, um profundo conhecedor desse tema. Eu lhe pergunto aqui: Qual foi o resultado eficaz desse geoprocessamento, na prática? Quantos Deputados aqui foram vítimas da violência? É só olhar aqui no plenário o Pastor Ailton, o Deputado Artagão, o próprio Mauro Moraes, que lhe assacaram contra a vida, sem contar este Deputado, o Deputado Rossoni, o filho do Deputado Luiz Carlos Martins e tantos outros. Mataram recentemente um Coronel da Polícia Militar, Secretário de Estado, vítima de assalto à mão armada e de seqüestro-relâmpago. O que estamos vendo é a pior fase da história da Segurança Pública do Paraná, e não veja nada, nenhum pronunciamento, nenhuma manifestação ou muito menos uma sinalização para atacar esse problema por parte daqueles que têm a responsabilidade de cuidar da segurança, que é o Estado! E lá em Londrina nós continuamos sofrendo com o baixo número de policiais civis e militares, com a falta de condições e, principalmente, com os distritos superlotados!

Agradeço mais uma vez à Presidência pelo tempo que me dá e peço que as minhas palavras não sejam ao vento! Peço o pronunciamento do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Natálio Stica, que merece o nosso respeito e a nossa consideração.

Gostaria de não estar aqui, hoje, na tribuna, voltando mais uma vez nesse tema e sendo até repetitivo, mas as consequências, os fatos nos levam a tanto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima, oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No uso desta tribuna eu gostaria de dizer que na tarde de ontem tivemos uma audiência com a Superintendência do Banco do Brasil e também estiveram presentes o Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que agora preside a Sessão, representantes do MDA, representantes da Secretaria da Agricultura, da FETRAF, da FETAEP, vários representantes de Sindicatos - de uma maneira especial da região centro - e também da CRESSOL, Cooperativa de Créditos da Agricultura Familiar. O tema em discussão era a ques-

tão da estiagem, que afeta o nosso Estado do Paraná e, de uma maneira especial, está muito mais grave a situação na região Sudoeste do Paraná.

Tivemos na semana passada, na sexta-feira, uma reunião da AMSOPE, Associação dos Municípios da Região Sudoeste, e então estavam presentes todos os Prefeitos dos 42 Municípios e também o Deputado Litro, o Deputado Traiano, e lá foi muito debatido esse problema que atinge em cheio a região Sudoeste. Muitos agricultores estão tendo uma perda muito grande na produção e o DERAL nos passará até o final desta tarde, os dados de como se encontra a situação da agricultura hoje, a perda realmente que estão tendo os nossos agricultores em todo o Estado do Paraná, mas de uma maneira especial, da região Sudoeste, município por município, onde a situação é mais grave.

É importante dizer que muitos assuntos foram tratados, mas de uma maneira especial vamos ter que nos manifestarmos, bastante, junto ao Governo Federal, junto ao Governo do Estado, pedindo esse apoio, e, de uma maneira especial ao Governo Federal, para a renegociação do PRONAF e também para que enquadrem os nossos agricultores que vão ter essa perda no PROAGRO, para que a perda não seja assim tão grande, mas que os agricultores possam ter apoio, então, do Governo do Estado e também do Governo Federal. Também com esse mesmo assunto amanhã acontece em Francisco Beltrão uma mobilização de toda a região Sudoeste, onde a reivindicação é para que os Governos, seja do Estado, sejam municipais e também o Governo Federal possam auxiliar, possam vir ao encontro das necessidades e atender melhor às reivindicações que têm os nossos agricultores.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que avançamos, e muito, no início deste ano, nas negociações com relação ao programa de habitação rural. Esse programa - que vem de incentivo à casa do nosso agricultor, a casa do campo - é um programa que vem com o auxílio do Governo Federal, do PSH, onde o Governo Federal está fazendo, contribuindo para o nosso Estado do Paraná com mais de mil casas, nessas primeiras negociações. E novecentas casas, que já estão acertadas, vão ter essa parceria do Governo Federal e das nossas entidades. A FETRAF está bancando.

Então, houve um avanço na negociação e quatrocentos mil reais o Governo do Estado vai repassar para a FETRAF, vai repassar para os agricultores que terão esse incentivo, dessas duzentas casas que serão construídas no meio rural.

Também no dia de hoje nós tivemos uma reunião com o Romanelli, Diretor-Presidente da COHAPAR, onde a pauta de negociação foi o apoio, a parceria do Governo em setecentas casas que a CRESSOL vai construir, também no campo, para os nossos agricultores. Essas casas também vêm com o apoio do Governo Federal, também no sistema do PSH. Foi muito positiva a reunião; estamos aguardando a resposta do Governador Roberto Requião.

Também estamos aguardando para a próxima semana, a resposta do Governador Roberto Requião para o apoio a essas setecentas casas; seria no mesmo sistema: dois mil reais por casa. Com certeza, quem vai ganhar com isso são os nossos agricultores, porque terão essa parceria do Governo do Estado também no sistema do PSH.

Ficamos felizes porque já avançamos bastante nas negociações, tanto nas duzentas casas, que já é acordada essa parceria com o Governo do Estado, e agora mais essas setecentas, Deputado Dobrandino, que estamos acertando, discutindo com o Governador.

Esperamos poder haver esse acordo, porque os nossos agricultores vão ser os maiores beneficiados e o nosso Estado ganha com isso. Essa é uma forma de evitar o êxodo rural, porque a habitação faz parte da auto-estima do agricultor; a vida digna do agricultor depende também de uma moradia digna.

E aí é que está o apoio do Governo, o Governo Federal já entrando com o PSH, já entrando com os quatro mil e quinhentos reais e agora essa parceria que estamos conseguindo, já em fase final de negociação, mas muito bem andadas para que o Governador também entre na parceria com a CRESSOL nessas setecentas casas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna para lamentar a situação que se encontra a saúde no Estado do Paraná. Vi aqui o Deputado Jocelito falar no Hospital Regional de Ponta Grossa; estou ouvindo falar na regionalização, criação e apoio a hospitais nas mais variadas regiões deste Estado. São promessas que se parecem com a do pedágio.

O que nós temos visto, sim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o Secretário da Saúde do Estado do Paraná fazendo a cooptação, tentando levar para a sigla do Governo, Prefeitos eleitos por outra agremiação política: o Prefeito de Campo Largo foi assediado e assinou a ficha do PMDB e em troca vai receber um hospital.

Vem o Prefeito para o PMDB, vai um hospital para Campo Largo e o apoio para Deputado Federal para o candidato Cláudio Xavier.

Vai o Prefeito de Curiúva, também eleito pelo PSB, e se transfere para o Partido do Governo.

Eu quero lembrar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que essa prática de trazer gente para o Governo era uma prática adotada pela ARENA, aqui neste Parlamento. Nas eleições o Prefeito se elegia pelo MDB, que

era o Partido de Oposição no bipartidarismo e a ARENA já cooptava e trazia para se somar às forças do Governo da Revolução de 64. É uma técnica conhecida, manjada e já superada.

Mas, o Secretário de Saúde, Dr. Cláudio Xavier esquece de liberar recursos para a Santa Casa de Apucarana. O Hospital da Providência está lá com o pedido há mais de seis meses e no entanto não se libera o recurso porque não se tem Prefeito para trocar de Partido, para negociar a atender os interesses políticos do Secretário de Saúde que quer, às custas do erário público estadual, ser Deputado Federal pelo Paraná!

Nós temos, sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de praticar, sim, a política da denúncia e esta é a que nós vamos adotar e estamos adotando porque assim estamos combatendo a corrupção.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há mais de vinte dias encaminhei ao Sr. Secretário da Segurança um pedido para que averiguasse a atuação do Delegado de Polícia de São Pedro do Ivaí e até agora nada foi feito para solucionar o problema com relação ao Delegado, que fugindo dos bons costumes e das atribuições que lhe foram conferidas, está achincalhando com o nome da Polícia. Ainda recentemente, quando sessenta agricultores, aproximadamente se reuniam num centro comunitário ao lado da Delegacia, ele sacou de um revólver e deu mais de cinco tiros no chão para assustar aqueles ordeiros agricultores e trabalhadores do Vale do Ivaí que estavam lá reunidos, não para tratar sobre assunto de roubo de gado ou das mazelas que ele vem praticando, mas imaginando que o assunto fosse o pescoço dele, atirou para assustar as pessoas que lá estavam reunidas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu peço aqui nesta Casa que o Deputado Artagão de Mattos Leão, que tem a representação política de São Pedro do Ivaí, ajude a combater esta prática, já condenada há muito tempo, por estes homens que não sabem fazer outra coisa a não ser tentar levar vantagem com o cargo e praticar arbítrio nas comunidades onde estão estabelecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem falei aqui sobre a questão das regiões metropolitanas e logo depois o debate afunilou, mas eu queria primeiro, dizer o seguinte: para que as coisas fiquem bem entendidas em relação às questões da região metropolitana, todas as cidades ou regiões recebem recursos do Estado. Isso é constitucional.

Eu ouvi o Deputado Scarpellini com a sua força e experiência e ao mesmo tempo na sua oratória com rela-

ção a recursos que são repassados para os Municípios e se exige eventualmente, não sei se é verdade, acredito que não, se exige contrapartida política na filiação partidária, utilizando recurso público, o que seria grave, porque é crime eleitoral político, como é crime também pegar ônibus e ficar fazendo carreata dentro da cidade, porque você pressionaliza aquilo que não é função do Parlamento, de levar recursos. É na verdade legislar, articular, trabalhar, apresentar as demandas às suas regiões. Isso é bastante legítimo, mas não pega bem ficar utilizando recursos públicos para fazer política eleitoral da mais barata, mas baixa. Acho que isso realmente não deve estar acontecendo.

Mas, uma das argumentações importantes - aqui, foi com relação à Região Metropolitana de Londrina e Maringá. Não sei se a Deputada Cida está no Plenário no momento. Quais seriam as vantagens das Regiões Metropolitanas, o que seria de ganho político e de recursos para as Regiões Metropolitanas? O Governo, aqui em Curitiba e região Metropolitana, continua aplicando em saúde, educação. As diversas Secretarias atuam aqui na Segurança Pública. Mas, além desses recursos, os recursos da Secretaria da Região Metropolitana de Curitiba.

E o que eu argumentava aqui era exatamente o seguinte: que tivéssemos o mesmo tratamento em Londrina e Maringá. Não disse que o Governo não está aplicando em Londrina e Maringá ou em qualquer outra cidade. Disse que há problemas comuns em cidades de porte, que merecem tratamento adequado, articulado e que essas regiões deveriam ser tratadas como Regiões Metropolitanas.

Trago aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma normativa do Programa do Subsídio Habitacional do Governo Federal, que destina aos Municípios recursos para subsidiar habitações de baixa renda. Esse recurso do PSH está sendo usado para construção de casa indígena, casa da família, os programas do Governo.

Mas, Deputado Dobrandino, V. Exa. que não sei se assinou o projeto da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu, aquele debate que tinha que era uma questão muito específica, mas temos na pauta o projeto de Região Metropolitana de Cascavel, Londrina, Maringá. Só quero dizer quais são os limites para as regiões metropolitanas dessas cidades.

Normativas: **(Passa a ler)** "... o caso de funcionamento ou parcelamento habitacional a imóveis localizados em Municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, o subsídio complementação variará entre 3500 e 6000." Ou seja, dinheiro a fundo perdido que vem para o Município. Municípios não constantes, não integrantes de Regiões Metropolitanas, variará entre 2000 e 4500 reais. O que é isso?

Você tem um financiamento da Caixa Econômica de 10 mil reais para a construção de moradia. O Município dá lá o terreno, dá lá a infra-estrutura, que é a sua contrapartida, e o programa do Governo Federal junto à convênio com o Banco Mundial, dá a fundo perdido (por-

tanto não retornável a Tesouro) um valor entre 2000 a 4500 em cidades que não são integrantes de Regiões Metropolitanas e até 6000 mil reais para cidades integrantes de Regiões Metropolitanas. Está aí um ganho. Portanto, é por isso que não se trata de luta política.

Alguns Deputados, às vezes os profissionais de imprensa, a sociedade, ou as próprias pessoas que estão assistindo ao canal 221 de audiência mais crescente, talvez até o Governador não vêem aqui uma luta política apenas. É uma demanda justa de uma Região, Deputado José Maria, e não basta o Governador ir lá e fazer piadinha. Porque na primeira que ele faz as pessoas acham engraçado, na segunda já acham inconveniente, na terceira é ver o que anda acontecendo.

Não ajuda, porque para os londrinenses, maringenses, ibiporaenses, cambeenses, os moradores de Rolândia, de Sarandi. Para eles piada significa agressão!

Então, queria aconselhar os mais próximos do Governador, que ele tenha moderação e equilíbrio para tratar de temas que são complexos e que se ele não tiver conhecimento pessoal sobre o assunto, se não tiver técnicos no Governo que tenham conhecimento, aqui nesta Assembléia não tem só um Deputado. Têm vários que entendem da matéria e saberão tratá-la de forma adequada. Fizemos isso no Parlamento.

Que o Governo faça a sua parte.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário, por trinta minutos.

Deputado Geraldo Cartário (PSL)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

(Lê):

"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

As minhas intervenções na tribuna desta Casa mantêm coincidência com os momentos históricos que se apresentam na vida cotidiana do povo brasileiro, mais ainda especialmente na vida dos nossos concidadãos paranaenses.

E hoje a minha presença aqui nesta tribuna deve-se também a estes honrosos fatos da nossa história contemporânea. Estou, Sr. Presidente, referindo-me ao jornal Gazeta do Povo, fundado em 3 de fevereiro de 1919, tendo como seu diretor Benjamim Lins e como seu Secretário De Plácido e Silva, que neste mês comemorou aniversário de 86 anos, com o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, como seu Diretor-Presidente.

Aliás, antes de mais nada, quero manifestar-me aqui a respeito dessas famílias laboriosas que fizeram e fazem a história deste nosso Estado do Paraná e deste nosso país: os Cunha Pereira e os Cândido Ferreira.

Recordo, por exemplo, a personalidade do avô paterno do Dr. Francisco, o intrépido Simão Cunha Pereira, que foi Senador por Minas Gerais.

E pelo lado materno, o avô Dr. João Cândido Ferreira, que foi médico e ex-Prefeito da Lapa, durante o famoso cerco da cidade. Vale lembrar que o Dr. João Cândido, exercendo concomitantemente o posto de chefe de médico quando atendeu o General Carneiro, herói da resistência ao ataque dos revolucionários, os denominados “Maragatos”.

Depois, Dr. João Cândido foi eleito Deputado Federal e, em seguida, Vice-Presidente da Província do Estado do Paraná e, finalmente, Presidente da Província do Estado do Paraná. Naquela oportunidade, em que exercia a Presidência do Paraná, ocorreu a fundação da Universidade Federal do Paraná, na qual também o Dr. João Cândido colaborou tendo sido, inclusive, o primeiro professor de Propedêutica e de clínica médica da Faculdade de Medicina.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Valeria um livro, um “catatau” de páginas, os feitos conceituosos dessa honrada e profícua família do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho. E assim destacamos também a ilustre figura do mundo jurídico, o saudoso Desembargador Dr. Francisco Cunha Pereira, que abriga no seu currículo a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Diretoria da Faculdade de Direito de Curitiba, uma instituição de ensino que ainda hoje goza de notória admiração dos acadêmicos e profissionais dessa dinâmica e fundamental área jurídica.

Além de emprestar o seu histórico nome à Escola Estadual Dr. Francisco Cunha Pereira no Município de Fazenda Rio Grande.

Quero falar igualmente do irmão do Dr. Francisco, o Dr. Lincoln da Cunha Pereira, que foi Deputado Estadual, exercendo o seu mandato com espírito público e ativismo cívico.

Foi, ainda, Secretário de Estado do Trabalho e Assistência Social do Paraná e Presidente da Associação Comercial de São Paulo. Temos ainda o professor João Cândido, conceituado médico e professor universitário da Pontifícia Universidade Católica, da Universidade Evangélica e da Universidade Federal do Paraná.

João Cândido foi também Diretor do Hospital Cezar Pernet, Secretário do Trabalho e Assistência Social, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e atualmente integra o Conselho Aliança Saúde PUC/Santa Casa.

Como pode-se observar, Sr. Presidente, trata-se de uma família de valorosos guerreiros que cada um com sua arma, talento e ousadia, souberam e sabem lutar para a consolidação de um Paraná mais bonito, mais justo, com mais cultura e com mais representatividade em todas as suas esferas e instituições oficiais públicas e privadas.

Este, inclusive, é o caso do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e do seu jornal, a Gazeta do Povo, que com-

pletou agora mesmo 86 anos de história no nosso Estado. História que relato esse passo-a-passo do desenvolvimento da empresa e do trabalho que o jornal vem realizando nesse quase um século de existência, com uma peleja sempre voltada aos interesses maiores da sociedade e às grandes causas do Paraná. Vamos então a um breve histórico desses 86 anos da fundação da Gazeta do Povo:

Jornal fundado em 3 de fevereiro de 1919, tendo Benjamim Lins como Diretor e De Plácido e Silva como Secretário. A primeira redação e oficina funcionaram na Rua Dr. Muricy, perto da Praça Zacarias, publicando edições de quatro páginas.

Mas, se até o final da década de 50 do século passado, a Gazeta do Povo já vinha se constituindo numa verdadeira trincheira de luta pelo interesse da comunidade paranaense; é a partir de 1962, quando assume a Direção da Gazeta do Povo, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que os ideais lançados pelos fundadores são tomados como base sólida para uma nova e difícil etapa que se estamparia no cenário nacional na agitada e conturbada instabilidade política e governamental daqueles primeiros anos que antecederam os acontecimentos de 1964. E vamos aos fatos:

Em 1962, assumiu a Direção da Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho. Desde o início desta nova gestão, o compromisso foi de manter acesos os ideais lançados pelos fundadores, mas modernizando as estruturas de produção, sem descaracterizar a publicação já então respeitadas pela sua linha de seriedade.

Em 1972, foi implantada uma impressora off-set de grande capacidade, numa inovação pioneira no Paraná. Foi a segunda máquina do gênero a ser instalada no Brasil, substituindo o antigo sistema de imprensa com telhas de chumbo.

Em 1975, foi iniciado o processo de informatização da empresa, e além de computadores para digitação das informações, foi instalada a primeira leitora ótica de textos da América Latina.

A seguir foram incorporados outros recursos gráficos e de produção, sempre em caráter pioneiro, acompanhando os mais modernos jornais do mundo. Recentemente a Gazeta do Povo implantou uma nova rotativa, duplicando o parque gráfico, que hoje está entre os maiores do Brasil, na área de jornais diários.

Com a redação totalmente informatizada, bem como todo o atendimento de agência e anunciantes, a Gazeta do Povo supera tiragens de 130 mil exemplares (tiragem auditada pelo Instituto de Verificação de Circulação - IVC), chegando a edições com mais de 330 páginas, superando neste aspecto, inclusive, outros grandes jornais nacionais.

É, ainda, a Gazeta do Povo o primeiro jornal do Paraná a integrar a Rede Internet, e um dos primeiros do Brasil e colocar notícias neste sistema internacional de comunicações.

Ao lado de avanços tecnológicos, o jornal se mantém bem paranaense, defendendo teses e levantando campanhas de interesse da comunidade. Muitas destas campanhas, de expressão nacional, se tornaram realidade, e outras abriram caminho para realizações de autoridades, empresários e da própria comunidade.

Quero destacar aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que paranaenses ilustres como o escritor e paranista Romário Martins tiveram reproduzidos os seus textos e artigos, sempre em defesa do nosso Estado, nas páginas da Gazeta do Povo.

Mas, louvo aqui, Sr. Presidente, quando em 1962, assumia o comando da empresa jornalística, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho deflagrou uma campanha pelo aumento do eleitorado paranaense.

O desafio assumido pelo então Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Lauro Fabrício de Melo, era aumentar a representatividade do nosso Estado superando a marca de um milhão de eleitores.

O envolvimento da Gazeta do Povo, de voluntários, como a Arregimentação Cívico-Eleitoral Feminina e a ação do TRE-PR, fez com que, num prazo de dois anos, o número de eleitores do Estado saltasse de 885.418 eleitores para 1.087.018 eleitores, transformando o Paraná no quinto maior colégio eleitoral do País. O fato está registrado em ata de trabalhos do TRE-PR.

Outra luta incansável do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e da Gazeta do Povo diz respeito à instalação de um Tribunal Regional Federal em Curitiba, antiga reivindicação dos paranaenses. As reclamações dos advogados paranaenses em relação às dificuldades e custos com a dependência ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, estabelecido em Porto Alegre, levaram a Gazeta do Povo a pleitear a instalação de um Tribunal congênere no Paraná.

O jornal está em permanente campanha há mais de 10 anos, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Paraná, a Associação Comercial, entidades e lideranças do Estado.

Esta Casa não pode deixar de enaltecer antigas batalhas da Gazeta do Povo, como a campanha pelos royalties de Itaipu. Há 25 anos, o governo federal dizia que não podia transferir os royalties para o Paraná porque a Constituição não permitia.

Com a educação que lhe é peculiar e de maneira muito gentil, retrucava Dr. Francisco: “então, mudemos a Constituição”. O total de royalties que a Itaipu Binacional repassará ao Brasil e ao Paraguai até 2023, será de 11 bilhões e 300 milhões de dólares.

A maior parte destes recursos serão entregues aos municípios do Estado do Paraná, conforme defendeu a Gazeta do Povo, em memorável campanha. Além de Itaipu, o Estado também recebe royalties de outras usinas e da PETROBRAS, em total, que - nos últimos dez anos, superam a um bilhão de dólares.

O gasoduto, Sr. Presidente, é outra luta histórica da Gazeta do Povo e do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho:

há 20 anos vem tentando convencer as autoridades a importarem gás natural. A proposta era de que o gás viesse da Argentina, por Foz do Iguaçu.

Na construção da ponte Brasil/Argentina, defendeu que fosse já prevista a infra-estrutura para a passagem do gasoduto. Teve gente que até achou graça da idéia. Mas, quando a PETROBRAS negociou o gás boliviano, Dr. Francisco defendeu que gás entrasse por Foz do Iguaçu, já que o gasoduto boliviano está construindo até a divisa com a Argentina.

A PETROBRAS preferiu o roteiro por Corumbá e descendo pela área do pantanal, no meio do mato, e atravessar São Paulo. No Paraná, o gasoduto passa por onze municípios e, deles, só Curitiba e Araucária apresentam potencial de consumo - os outros são agrícolas, reservas florestais e pastagens.

Todavia, mais uma vez, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho inicia campanha pelo ramal do gasoduto por Londrina e propõe a construção de uma termelétrica na região, até mesmo como forma de prevenir os chamados “apagões” do setor elétrico. A campanha está aí, e agora, o gás vai chegar a Londrina e outro gasoduto deverá entrar por Foz do Iguaçu.

Preocupado com as operações das aeronaves e dos passageiros no terminal internacional do aeroporto Afonso Pena, com pelo menos seiscentos vôos abortados por ano por causa da neblina, a Gazeta do Povo detonou a campanha vitoriosa pela implantação do equipamento de proteção aos vôos, o ILS, e prova que, se quiser, tem o ILS3, que aterriza até com visibilidade zero.

A defesa da Usina de Xisto, a construção da Ultra-fértil, da criação ou fortalecimento de instituições de pesquisas como o CITPAR e o TECPAR, campanhas do Fome Zero, da alfabetização e abertura de novas oportunidades de empregos, foram outras campanhas capitaneadas por este magnífico homem paranaense: Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É sobre este empreendedor, jornalista e visionário Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que dedico essas humildes palavras, debruçando-me na história que foi alinhavada pela própria mão do protagonista, quer como homem de imprensa, quer como empresário que transformou e modernizou os conceitos editoriais de jornalismo e de entretenimento eletrônico introduzindo alta tecnologia e capital humano nas suas empresas.

Este conceito se estampa na participação do espaço publicitário da Gazeta do Povo que demonstra a credibilidade e circulação de um bom jornal, e, ao lado disso, resalta o fator de sua total independência editorial.

É graças às publicidade que o custo do exemplar do jornal se torna acessível aos leitores mesmo nas mais distantes cidades. E novas tecnologias são adotadas para garantir cada vez mais precisão e agilidade no noticiário. Além disto, a Gazeta do povo, tem o seu lado de integrador cultural.

Hoje é possível, às cinco horas da manhã, em cidades como São Sebastião da Amoreira, no interior do Paraná, termos em mãos o jornal - a Gazeta do Povo - do dia, ainda com aquele cheiro de tinta do produto que acabara de sair fresquinho da gráfica.

A confiabilidade do jornal como veículo para mensagens publicitárias pode ser medida em termos exatos. O Instituto Marplan realizou pesquisa para identificar exatamente a relação entre o público anunciante e consumidor.

Os resultados são evidentes: 89 por cento das pessoas quando desejam comprar algum produto ou serviço consultam a Gazeta do Povo.

Este é um número fantástico, pois restam apenas 11% dos consumidores que consultam outros jornais, ou não consultam jornal nenhum, ou encontram outra forma para pesquisar e escolher os produtos que adquirem.

Ao falar de classificados, a pesquisa da Marplan mostra um resultado ainda mais extraordinário: 94% dos leitores apontam a Gazeta do Povo como veículo com as melhores ofertas de classificados do Paraná.

A publicidade empresarial e as mensagens nos classificados formam também a melhor interação entre o jornal, leitores e anunciantes, que usam da qualidade editorial da Gazeta do Povo para construir seus negócios, melhorar a qualidade de vida, ou participar ativamente de processos de desenvolvimento cultural.

E o reconhecimento dos leitores e instituições chega em forma de prêmio e troféus que são colecionados com carinho pela Gazeta do Povo. São eles:

1) Mérito do Lojista - este prêmio é uma das promoções mais respeitadas do Brasil porque envolve a consulta direta a milhares de lojistas, através de votos em o país. A Gazeta do Povo já conquistou o Prêmio por nove vezes, recebendo o troféu "Deusa da Fortuna", considerado o "Oscar" do comércio varejista brasileiro.

2) Top of Mind - (a marca que o consumidor tem na cabeça) promovida pela revista Expressão (de Florianópolis) e Instituto Datafolha, revela que no Paraná, para setenta por cento das pessoas em Curitiba, pensou jornal, lembrou Gazeta do Povo.

A média de lembrança no Paraná é de 44 por cento, ganhando disparado do segundo colocado que fica com apenas treze por cento.

Entre muitos outros prêmios, como os que a Gazeta do Povo recebeu recentemente: Prêmio Colunista Publicitário, Profissionais do Ano, Prêmio Mídia/96.

Aliás, o Programa de Apoio aos Formandos, proposto pela Gazeta do Povo, foi premiado pela Associação Brasileira de Marketing com medalha de ouro, concorrendo com mais de trezentos "cases" de todo país, na categoria Mercado Intermediário.

E por aí vão também os prêmios conquistados por sua equipe de profissionais jornalistas.

E aqui destaco o pronunciamento feito pelo Deputado Federal do PMDB do Paraná, Max Rosenmann na Câmara Federal, e amplamente divulgado pelo programa

Voz do Brasil e TV Câmara para todo país, a respeito dos prêmios colecionados pela Gazeta do Povo:

Abro aspas: "em 2004, por exemplo, o jornal recebeu um Prêmio Esso, o mais importante do jornalismo brasileiro com a matéria "Devorados pela miséria", publicada em julho do mesmo ano e que contava a história de uma família que vive em condições precárias no sul do Paraná, em matéria elaborada pelos jornalistas Mauri König e Franco Iacomini que ganharam o prêmio na categoria Região Sul.

Com a série "Terra da discórdia", sobre o conflito entre agricultores brasileiros e sem-terra paraguaios no país vizinho, König recebeu menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog.

Já o repórter fotográfico, Albari Rosa também levou a menção honrosa por sua foto publicada na série "Devorados pela miséria."

König ainda venceu o Prêmio Tim Lopes que reconhece e financia projetos de reportagens investigativas. O resultado foi a série "A infância no limite" que mostrava os caminhos da prostituição infantil nas regiões de fronteiras.

Além do jornalismo investigativo e independente, a Gazeta do Povo também desenvolve projetos sociais de grande alcance, como é o caso do "Ler e Pensar", que há cinco anos promove a leitura de jornais entre estudantes do ensino fundamental e médio, e orienta professores para que possam usar o conteúdo do jornal na sala de aula", fecho aspas.

Hoje o Paraná, sede de várias indústrias de alta tecnologia, segundo maior pólo automobilístico do Brasil, e referência internacional em áreas de medicina avançada e na produção de softwares, mantém sua tradição agrícola. Apesar de ocupar 2.7 por cento do território nacional, produz, em média 25 por cento dos grãos colhidos no país.

A capital, Curitiba, é modelo de planejamento urbano e o Estado é a unidade federativa que mais investe em ensino superior do país. É com o orgulho do povo paranaense, que nesta terra fértil nasceu e está em pleno desenvolvimento a Rede Paranaense de Comunicações - RPC - um conglomerado de quinze empresa que diariamente leva notícias, desafios, oportunidade de negócios, cultura e lazer para mais de 9 milhões de pessoas, utilizando de ferramentas de comunicação ágeis, éticos, responsáveis e eficientes.

É uma terra de forças e idéias coesas, onde se juntam paranaenses, gaúchos, paulistas, concidadãos de todos os demais estados, e agora, cada vez mais, alemães, franceses, ingleses, americanos, japoneses, coreanos, chineses, italianos, poloneses... e tantos outros que acreditam num futuro promissor.

E a Rede de Comunicação tem também sua origem no sucesso empresarial e de público iniciado pelo jornal Gazeta do Povo. Esta regra - respeito aos cidadãos e à cultura paranaense - foi levando, em seguida para os demais veículos do grupo de Dr. Francisco Cunha Pereira Filho: rádio, televisão e internet. E nesses setores, não é

diferente o comando de Dr. Francisco, cuja marca constante é a de parceria com a sociedade nos termos de interesse público. Junto ao jornal Gazeta do Povo, tem-se o jornal de Londrina, este importante periódico que participa e divulga notícia do cotidiano político, econômico e cultural do norte do nosso Estado.

E no bojo da RPC, foi, ainda, pelas mãos do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho que se consolidou a Rede Paranaense de Televisão pontificada pela TV Paranaense, de Curitiba, com emissoras instaladas em Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Paranavaí. Este sucesso do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho é o espelho de sua coerência ao tratamento respeitoso aos cidadãos e à cultura paranaense, sempre se pautando pela confiabilidade e responsabilidade neste alto cargo que vem ocupando desde o início da década de 60.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quantos anos se passaram desde de 1960? Quantas lutas foram empreendidas nesse período? Passamos pelo regime de força patrocinado pelos militares.

Passamos por governos civis e democráticos nessas (quase) cinco décadas de atuação do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, primeiro à frente da Gazeta do Povo e depois dos demais veículos: rádio e canais de televisão.

Mas, a marca indelével de trabalho e perseverança deste ilustre cidadão paranaense continua mais do que nunca crivado na história do nosso Paraná. Que este discurso, Sr. Presidente, fique gravado nos anais desta Casa de Leis para que - com esta história - aqui contada com lealdade - verificar como os fatos se sucederam e balizar a transformação do nosso Estado, nos aspectos políticos, econômicos e culturais.

Quero dizer que o uso da informação diária como instrumento de progresso, o respeito aos leitores e o amor pela construção de uma sociedade organizada e ordeira, fortaleceu ainda mais a identificação do povo do Paraná com a Gazeta do Povo, com as emissoras de rádio e televisão e jornais do grupo comandado pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

É neste contexto que quero manifestar o apreço do povo do Paraná e dos nobres Deputados, no conjunto de sua maioria, a esta grande personalidade, verdadeiro patriota e um grande paranaense que é o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

E assim registramos nossos votos de louvor, congratulações e aplausos a toda equipe da Rede Paranaense de Comunicações, em especial ao corpo funcional e administrativo, pela comemoração dos 86 anos de fundação do veículo, mas também pela obstinação e seriedade de V. Exa. que enchem de orgulho todos nós paranaenses.

Esta gente bem informada que todos os dias busca na Gazeta do Povo informações imprescindíveis para a compreensão do nosso mundo e que tem ali sua trincheira de luta para a defesa dos direitos da cidadania."

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

... Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Eu pediria o Horário da Liderança do PSL - Partido Social Liberal, para continuar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

De acordo com o novo Regimento - gostaria de esclarecer a V. Exa. que já está em vigor o novo Regimento e, conforme o Artigo 90, os Partidos que têm menos de três Deputados teriam na terça-feira à disposição, só cinco minutos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, tenho certeza que V. Exa. não vai prejudicar um pronunciamento, aqui, histórico do Paraná, que ficará nos Anais.

Porque ainda não foram reeleitas as comissões e, por essa forma, como toda lei nova não pode prejudicar uma lei anterior, estou na lei anterior assegurado pelo Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Darei um minuto para V. Exa. concluir o pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Não concordo com V. Exa., em um minuto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, quero fazer um apelo. O Deputado Geraldo Cartário traz aqui a biografia, de uma de um personagem dos mais importantes da história contemporânea do Paraná - acho que nesse momento cabe uma benevolência, uma homenagem, estendendo o horário ilimitado -, homem de uma biografia invejável.

Esta Casa não pode negar o direito de homenagear o homem, como o Dr. Francisco Cunha Pereira.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Para resguardar o direito regimental de V. Exa. de garantir a ordem, acho que um minuto é suficiente. Até porque nesses dias o Sr. Francisco Cunha Pereira foi atacado e eu não vi os mesmos Deputados defendendo-o de forma tão ardorosa como estão hoje - atacado pelo Governador.

(vozes paralelas)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Tenho certeza, Deputado André Vargas, que conhecendo o Deputado Geraldo Cartário como eu conheço, no momento em que ele usa a tribuna e ele conta toda a história da Gazeta do Povo, a história do Dr.

Francisco, é a forma que ele encontrou para dizer que em nenhum momento concordou ou concorda com as críticas do Governador Requião ao Dr. Francisco. Essa é a forma democrática que ele encontrou.

(vozes paralelas)

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, o meu pronunciamento não tem nada a ver com o Governador Dr. Roberto Requião. O meu pronunciamento, eu faço constante e anualmente nesta Casa, porque espelho aqui a vontade da maioria. Tenha a certeza que esse requerimento será aprovado por todos os Deputados. Os problemas de Governador com empresários sempre aconteceram desde o descobrimento do Brasil. E o Sr. conhece a história do Banco do Brasil: Dom Pedro mandou fundar o Banco do Brasil, incendiou e depois tomou o Banco. Isso é normal.

Nós somos políticos e não estou aqui defendendo empresa e nem governo. O Governo tem um líder e tem os empresários para se defenderem. Estou defendendo uma das pessoas mais respeitadas e queridas do nosso Estado do Paraná e que, certamente, todos nós Deputados do Paraná sabemos que o avanço do Estado se deve ao Dr. Francisco Cunha Pereira, mais do que qualquer Deputado, mais do que, talvez, alguns Governadores. Caso contrário quero que V. Exa. diga quais são as lideranças hoje nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

As Lideranças: PPS, PDT, PFL, PT, PSDB e PMDB.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

O Sr. poderia dar o nome dos Deputados desses Partidos que o senhor citou aí, por exemplo, o PSB? Por que o senhor excluiu o ...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Geraldo Cartário está fazendo um pronunciamento profundo, inteligente, uma homenagem de todos os Deputados e de todos os Partidos. A Televisão Canal 12, a Rede Paranaense de Comunicação, o Jornal Gazeta do Povo, um dos orgulhos deste Estado do Paraná. As brigas internas de governador, de secretários, com o Estado do Paraná, ou a Gazeta, ou com os jornais do Brasil, não podem entrar no mérito deste pronunciamento, Sr. Presidente. V. Exa. prestaria uma homenagem em nome da Presidência da Casa, talvez, dilatando em dois ou três minutos. Nós não perdemos esses dois ou três minutos nessa discussão entre a Presidência e o orador que se encontra na tribuna? Seria mais inteligente conceder o aparte a mim, que faço esse aparte de solidariedade a V. Exa., ao Governador Requião, ao Dr. Francisco pelo grande jornal, pela emissora, pela valorização da cultura do povo paranaense, através da Gazeta do Povo, e solidarizar-me, em nome do meu Partido, o

PMDB, a V. Exa. Excelência por esse pronunciamento; e ceder ao Deputado Luiz Carlos Martins para que encerrassemos uma tarde brilhante com um pronunciamento inteligente, resgatando a dignidade, rememorando a história da Gazeta do Povo, que é um orgulho de todos nós paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência concede dois minutos, então, para V. Exa. concluir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, se V. Exa. não me conceder o horário de nosso Partido, porque ainda não houve a publicação das novas Lideranças e a Lei nunca pode retroagir contra, encerro meu pronunciamento sem terminar e sem conceder apartes como protesto à autoridade abusiva de V. Exa., onde está querendo impor uma lei que não foi publicada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pego a compreensão de V. Exa. O Regimento foi publicado ontem e está em vigor.

Como esta Presidência entende que estamos em um período de transição de um Regimento em relação ao outro Regimento, esta Presidência vai conceder-lhe, então, dois minutos para que conclua seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente

(**Assentimento**)

Gostaria de perguntar a V. Exa. se esse novo Regimento já está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi publicado ontem e já foi distribuído. V. Exas. receberam hoje o Regimento novo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então quero dizer a V. Exa. que a partir de hoje não respeito esse novo Regimento, porque não adianta fazermos Regimento novo aqui e não cumprir. Se sentamos aqui e discutimos o Regimento e se determina que são tantos minutos, são tantos!

Então, vamos rasgar esse Regimento novo, porque se V. Exa. for conceder - com todo respeito ao Deputado Cartário, que faz um belíssimo pronunciamento - ou extrapolar esse Regimento, para quê Regimento novo?

Sr. Presidente, ou nós cumprimos a lei - porque nós fazemos lei - ou vamos rasgar esse Regimento novo. Ele está em vigor ou não está?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em vigor o novo Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O senhor é o Presidente.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL)

Sr. Presidente, questão de ordem. Queria fazer uma colocação, porque é da maior importância esse discurso que o Deputado Geraldo Cartário faz aqui da tribuna. O Plenário é soberano, não é?

Vamos ouvir a vontade do Plenário. O Plenário é soberano e sabe se o Deputado Geraldo Cartário deve continuar ou não essa belíssima história de um homem que sempre investiu no Paraná, a história de um homem que não deixou que o Paraná fosse dividido com aquela criação do Estado Iguaçu, que foi a Gazeta do Povo e levantou a grande bandeira, juntamente com esta Assembléia.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Ivo, acho que neste momento o PPS quer contribuir e em meu nome, em nome da Deputada Arlete e do Deputado Ratinho nós cedemos o Horário da Liderança do PPS ao Deputado Cartário para que ele termine o seu brilhante pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria de esclarecer a V. Exa. que não é permitido ceder de um Partido em relação a outro.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, concordo que o Regimento Interno é para ser cumprido, mas eu já vi de tudo aqui, até boi voar! Gostaria de dizer que acho que o tempo que estamos perdendo aqui para contestar isso, o Deputado Cartário já teria terminado o seu pronunciamento.

Acho que a Casa é tolerante, que nós podemos dar alguns minutos a mais para o Deputado concluir o seu pronunciamento, porque considero que isso já foi feito com outros companheiros. Entendo o companheiro Jocelito Canto, acho que ele está correto, mas neste momento acho que falta uma página para o Deputado Cartário terminar de ler o seu discurso e seria simpático que nós permitíssemos que ele terminasse, porque eu já vi isso aqui e acho que não é a coisa mais fundamental neste momento.

O SR. NEIVO BERARDIN

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, para solucionar esse problema criado, sugiro ao Deputado que ocupa a tribuna que solicite à Mesa que dê como lido o seu pronunciamento, que vai acabar no Diário Oficial da Assembléia e que fica, então, atendida a leitura por completo e nós assim atendemos o Regimento Interno. É só ele solicitar que dê como lido que está valendo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Eu só queria discordar do meu companheiro, o Deputado Luiz Carlos Martins: não existe essa questão que o plenário é soberano. Existe um Regimento que nós acabamos de publicar ontem que reforma tudo isso, que acaba com esse tipo de regalia: se são quinze minutos, são quinze minutos que o orador tem para usar a tribuna, ele tem que se pautar que ele tem que falar em quinze ou trinta. Agora, se começar a abrir exceção, abre hoje aqui, abre hoje ali, não precisa Regimento Interno, vamos ficar com o velho e fica do jeito que está.

Sr. Presidente, eu mais uma vez, em nome do voto que todos nós demos aqui, nada contra o pronunciamento do Deputado Geraldo Cartário, acho que se nós votamos um novo Regimento, discutimos o novo Regimento e nós fizemos lei... vamos cumprir o Regimento porque senão a partir de amanhã eu também não cumpro.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a V. Exa. que conclua. V. Exa. tem dois minutos para concluir o seu pronunciamento e será dado como lido e publicado na íntegra o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. citasse, por exemplo, o partido PP, qual a Liderança, se tem a Liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

As Lideranças permanecem as mesmas, até que os Partidos indiquem as suas Lideranças permanecem as mesmas Lideranças.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PFL)

Então as nossas também existem.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, V. Exa. tem dois minutos...

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, eu preciso saber qual é o partido que tem Liderança, porque eu vou fazer melhor do que o Deputado Neivo falou, eu vou pedir a um Líder para voltar a esta tribuna e me fazer o favor de terminar o meu pronunciamento que, democraticamente, V. Exa. está me impedindo de fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

De acordo com o novo Regimento, as Lideranças que se enquadram dentro, os Partidos que se enquadram dentro, do Artigo 12 e do Artigo 90 hoje têm direito a palavra as Lideranças do PPS; do PDT.; do PFL; do PT; do PSDB; e do PMDB, e as demais lideranças partidárias na terça-feira, por cinco minutos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, verbalmente, eu me inscrevo e me filio, agora, neste momento, ao PP (Partido Progressista),

que a esta altura estamos com quatro Deputados e eu vou usar o horário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O PP hoje não tem esse espaço, conforme o novo Regimento...

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Mas como, o PP não tem três? Tem três Deputados e comigo são quatro, Sr. Presidente. A sua assessoria aí está errada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento porque senão esta Presidência...

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

O PP tem três Deputados.

Eu estou me filiando a convite do Presidente Spe-
rafico para ingressar no Partido, estou entrando no Par-
tido, oficialmente, eu estou dentro do meu direito, Sr.
Presidente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Em nome da Liderança do PP, nós aceitamos a fili-
ação do nobre Deputado e convidamos o nobre Deputado
Cartário, seja muito bem-vindo, a fazer parte da nossa
bancada do PP, o nobre Deputado Cartário, e também
concedemos o Horário da Liderança do PP.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas, V. Exa. tem que encaminhar a sua filiação via
TRE, que é o caminho legal.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente, aí também é demais.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima Liderança é a do PDT: com a palavra o
Deputado Neivo Beraldin.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PSL)

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O seu tempo já se esgotou, peço a compreensão de
V. Exa. porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PSL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu lamento em ter ficado sozinho no
PSL e ter sido pego de surpresa pelo meu grande compa-

nheiro, amigo, Deputado Geraldo Cartário, mas ele é um
homem brilhante, ele é um grande homem. O Deputado
Geraldo Cartário tem todo este direito e fez uma belís-
sima escolha.

Parabéns Geraldo Cartário mas só lamento ter
ficado sozinho agora no PSL.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário do PDT Deputado Neivo Beraldin, dez
minutos.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada quero agradecer a concessão
do espaço do PDT ao Deputado Barbosa.

Venho à tribuna nesta tarde para falar sobre um
tema sobre o qual já me pronunciei há muitos anos, desde
a época da elaboração da Constituição do Paraná em
1988 quando aqui discutíamos o Artigo 146 da Constitui-
ção que, de um lado, um grupo de Deputados defendia
que deveria estar na Constituição do Estado do Paraná o
direito do transporte do passageiro intermunicipal.

Naquela oportunidade nós queríamos aprovar um
plano diretor do sistema de transporte intermunicipal
após o quê a Secretaria de Transporte colocaria uma lici-
tação pública para renovar as concessões de empresas de
ônibus que exploram o transporte coletivo intermunicipal
no Estado do Paraná. Ou seja, aquela empresa que faz
Curitiba/Londrina. Cascavel/Curitiba, Cianorte/Parana-
guá, porque temos no Estado do Paraná um verdadeiro
monopólio neste setor e o monopólio traz prejuízo. A
livre iniciativa, a concorrência estimula a qualidade do
serviço e diminui, evidentemente, o custo da passagem
porque a concorrência é salutar, o monopólio não serve
mais para um País como o nosso que tem tanta gente via-
jando de ônibus, a trabalho, para visitar um parente ou
coisa parecida.

Anotem, Sras. e Srs. Deputados: Curitiba/Cascavel
uma passagem de ônibus leito custa R\$ 119,00; Curitiba/
Foz do Iguaçu de avião é menos de R\$ 119,00 porque há
concorrência dentro do sistema de transporte aéreo e por
que não há uma concorrência dentro do transporte inter-
municipal do Estado do Paraná? Eu não sou contra a Gar-
cia, a Princesa dos Campos, a Sul Americana, a que faz o
litoral, a Graciosa, mas acho que uma poderia concorrer
com a outra em determinados trechos para que nós possamos
disciplinar este setor.

Agora, recentemente, este setor recebeu um
aumento linear de 27% e se você busca uma passagem
para viajar de Curitiba a Céu Azul você não vai encontrar;
terá que pagar de Curitiba a Foz do Iguaçu porque
não tem intermediário. A empresa que presta o serviço no
noroeste não faz o transporte até Terra Rica quem quer

viajar de ônibus tem que ir ao município vizinho para tomar o ônibus.

Os Srs. notaram que os ônibus estão cada vez mais altos? Por quê? Porque eles ganham mais na bagagem, talvez, do que na própria passagem e vai a sonegação do ICMS!

Então o Governo tem que decidir e mandar para esta Casa um plano diretor para o sistema de transporte coletivo intermunicipal. Após aprovado este plano diretor abre-se uma concorrência conforme manda a Constituição, porque no Governo passado foram alongadas as concessões, que 98% estavam vendidas foram alongadas as concessões por decreto, sem concorrência pública. Se perguntarmos do que é que é formado a planilha de custo para dar o determinado preço da passagem daqui a Ponta Grossa, talvez nem o Secretário de Transporte, nem o Diretor Geral, nem o DSTC, nem o Governo do Estado, ninguém sabe.

Ninguém sabe quantos ônibus tem, qual é a frota, quanto gastou em pneu, qual é o seguro que tem. Está uma verdadeira bagunça. E a bagunça interessa sempre ao governante de plantão, que nunca quer colocar as coisas abertas ao público através de uma concorrência, de um edital. Evidentemente, toda uma série de vantagens para o usuário de transporte coletivo seriam estabelecidas.

Então, Sr. Deputados, alerta mais uma vez basicamente a Garcia que domina o Norte do Estado, basicamente a Princesa dos Campos que domina a região dos Campos Gerais e basicamente a Graciosa que domina o nosso litoral do Paraná. Até onde vamos viver nesse sistema? Até quando o DER, a Secretaria de Transporte e o Governo do Estado vão fazer de conta que não sabem que as concessões estão vencidas? E se acontece um acidente onde há empresa que não tem uma concessão legal, aí quem vai pagar por esse acidente? É o Estado.

Então mais uma vez ocupo a Tribuna para me reportar aos meus nobres Pares para pedir à Liderança do Governo para alertar aos Srs. Deputados para que se comece a tratar essa questão com mais determinação e definitivamente possamos aprovar um Plano Diretor e estabelecer uma concorrência pública, para passar essa caixa preta do transporte coletivo intermunicipal a limpo. Nós já temos uma caixa preta de transporte em Curitiba e Região Metropolitana. Temos também no Estado do Paraná. Vamos começar, se Deus quiser e ele há de querer, que os nossos governantes olhem para esse assunto, porque o pobre anda de ônibus com muita dificuldade para pagar a sua passagem.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Apenas gostaria de registrar a presença na Sessão de hoje do nosso ex-Prefeito por dois mandatos do Município de Iracema do Oeste o Sr. Lourival Bernardino, mais popularmente conhecido como “Lula”, acompanhado da sua esposa a Dona Marisa Lemos Bernardino.

Muito obrigado pela sua presença e sejam sempre bem vindos pelo trabalho que vocês fizeram, o senhor, como Prefeito e a Dona Maria como 1ª Dama na área social. Bem vindo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Essa Presidência quer dar as boas vindas.

No Horário das Lideranças do PMDB o Sr. Deputado Mario Bradock.

Liderança do PMDB: Deputado Delegado Bradock

O SR. DELEGADO BRADOCK

Senhor Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Ouvi atentamente nesta semana, o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto com referência a algumas situações que ocorreram na segurança pública, como morte de um e morte de outro. Eu não tenho procuração para defender o Secretário da Segurança do nosso Estado, mas acho que o Deputado Barbosa Neto na sua inteligência, pecou, porque esses casos de acidentes, em Centro de Triagem, em Centro de Amparo ao Menor e ao Adolescente ou em cadeias públicas, essas mortes ocorrem diariamente no país todo. E não é hoje que acontece isso! Isso há muito tempo acontece. Pergunto: qual Delegado de Polícia, qual o plantonista que nunca atendeu uma morte dentro de um cubículo, dentro de uma cela, na sua vida profissional? Todos. Eu mesmo já atendi. Então, querer culpar o Governo por essas mortes acidentais, é fazer demagogia barata com referência à Segurança Pública.

Vamos voltar um pouquinho no tempo.

Em 1994 fui nomeado Delegado de Polícia do Estado do Paraná e fui designado para a Comarca de Palmas. Chegando na cidade de Palmas, encontrei uma viatura à álcool, um clima frio, um policial e um vasto território para policiar. Não era o Governador Requião, não era o Secretário Dellazari que era o comandante da segurança Pública. Era outro Governo. Não vou declinar nomes porque todo o mundo já sabe. Desde aquela época, em oito anos, nunca se comprou um colete à prova de bala. Eu mesmo, nunca tive um colete à prova de bala, oferecido pela Polícia. A munição que eu usava, era munição própria; a minha e de muitos outros colegas. Chegou uma época em que nós, Delegados, quando fomos nomeados, deram-nos somente uma carteira e não deram nenhum armamento. Quem quisesse comprar um armamento, tinha que comprar da Taurus que fez um convênio conosco.

Então, essas situações pontuais que acontecem na Segurança Pública, não se deve culpar um Governo ou culpar outro. É um descaso já de muitos anos atrás, de Governos anteriores, não é nem do Governo Jaime Lerner, de Governos anteriores também. Nunca ninguém olhou para a segurança como até hoje, em muitas situações, o Governo também não olha, como a reposição do

efetivo. Precisamos urgentemente repor os nossos policiais, o nosso efetivo. A Polícia Militar trabalha com o efetivo de dez, quinze anos atrás e o Governador Requião não era Governo naquela época. A Polícia Civil trabalha.

O Sr. Neivo Beraldin (PMDB)

Solicito um aparte.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Na sequência, na sequência.

Na Polícia Civil o efetivo é de quinze anos atrás. Então não se pode chegar aqui e começar a culpar o Governador, porque acontece um crime aqui, um crime lá. Em Foz do Iguaçu mesmo, em 1994 ou em 1979, quando já era policial federal naquela época, já era violenta. Teve situações que não tinha nem viatura para andar. A Polícia Federal naquela época, não tinha gasolina para andar, tinha que viver emprestando gasolina de alguém, de empresários. O Fundo de Atendimento Penitenciário, na época, há oito anos atrás, era oitenta centavos por pessoa-dia. Dava vinte e quatro reais no mês. Como é que eu vou sustentar um preso com vinte e quatro reais por mês? Então, o que é que acontece com as Delegacias?

Então, tinha que ir ao comércio, no frigorífico, no mercado, chegar na Prefeitura e quem está salvando a segurança pública são as Prefeituras que ajudam a Polícia Civil a manter os presos.

O Sr. Neivo Beraldin (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte?

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Na sequência, Sr. Deputado Neivo Beraldin. Tenho certeza que o senhor vai enriquecer o nosso pronunciamento, mas tenha paciência.

Então, não adianta chegar aqui e agora começar a falar mal do Governo Requião na questão de segurança. Estão erradas algumas coisas? Estão erradas. Repôs mil e poucos policiais militares mas falta muito mais, mas teve uma coisa boa que ele fez, ele recuperou o patrimônio automotivo da polícia militar e da polícia civil, que não tinha.

A Polícia Civil não tinha viatura, não tinha colete à prova de bala, hoje tem, não tinha munição para o policial ir para confronto, não tinha equipamento bom, não tinha arma boa. Hoje está todo mundo com 1.40, metralhadora 1.40, fuzil, não vamos discutir aqui a maneira como foi comprado, mas tem, naquela época não tinha. Não tinha capacete balístico para a polícia de choque, hoje tem.

Então essas coisas a gente tem que ponderar muito bem. Não pode chegar por aí por causa de um acidente pontual culpar todo um governo, porque ele está tentando de uma maneira ou outra.

Embora eu seja um crítico perene de uma maneira ou outra ele está tentando resolver o problema da segu-

rança, como algumas coisas pequenas ainda, mas que está tentando.

Então, não podemos em hipótese alguma, ficar todo o dia aqui, pegar a tribuna do Paraná e ver que mataram um, mataram outro, mataram não sei quantos. Isso é normal, vai acontecer sempre. Você pode colocar mil policiais numa rua que vai acontecer o crime. O crime acontece a todo o momento, a todo o instante.

Segundo momento, eu queria me solidarizar ao Deputado Geraldo Cartário, no final do meu pronunciamento lendo o discurso do Deputado Geraldo Cartário. Na sequência eu darei o aparte ao Deputado Neivo e ao Deputado Reni Pereira. Mas, eu tenho um compromisso com o Deputado Geraldo Cartário que eu vou ler.

(Lê):

“Esta gente bem informada que todos os dias busca na Gazeta do Povo informações imprescindíveis para a compreensão do nosso mundo e que tem ali sua trincheira de luta pronta para a defesa dos direitos da cidadania.

Ao finalizar esta minha intervenção nesta tribuna, quero deixar aqui três sugestões:

1) que a Presidência desta Casa transforme este pronunciamento num requerimento de votos de louvor, congratulações e aplausos ao Diretor Presidente da Rede Paranaense de Comunicação, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e a toda equipe da Rede Paranaense de Comunicação;

2) e, ao enaltecer as campanhas vitoriosas realizadas pelo engajamento pessoal do Diretor Presidente da RPC, Dr. Francisco, solicitar que seja realizada uma ampla campanha - nos seus jornais, rádio e canais de televisão, para a viabilização da duplicação da BR-116, do trecho que interliga o CEASA, em Curitiba, até o distrito de Areia Branca dos Assis, em Mandirituba, e desta forma melhorar escoamento da produção e mais do que isto: evitar os terríveis acidentes - não raro com mortes - que vêm sendo registrados nesta BR, conhecida pela agourenta alcunha de “Rodovia da Morte”;

3) e, por último, deflagrar uma campanha de conscientização para pedir uma trégua, um basta aos loteados e a própria COMEC na aprovação desenfreada, sem critérios, de loteamentos em cidades como a Fazenda Rio Grande, onde não existem empregos, porque não foram implantadas indústrias nos últimos quatro anos, pois falta infra-estrutura, falta atendimento à saúde da população e a criminalidade anda à solta, com pelo menos oito pessoas sendo mortas de forma violenta em apenas dez dias.

Mas, mesmo com as propagandas enganosas feitas em programas de rádio e de televisão sensacionalistas, quando não por uma TV e rádio pirata, ligadas ao prefeito, e instaladas na cidade.

Porém, a população rejeitando tal propaganda, não promove o crescimento do município, como vinha acontecendo a quatro ou cinco anos atrás, sendo que o setor de indústria também caiu, conforme pode ser verificado pelos dados divulgados pela Companhia Paranaense de

Energia - COPEL quanto às atividades por números de consumidores e por classe na Fazenda Rio Grande:

No setor residencial, que em 2000 somavam quinze mil e 341 habitações, em 2004 o número não passava de dezesseis mil 880 casas. Aumentando mais ou menos oito a nove por cento, portanto, longe dos cinquenta por cento apregoados atualmente pelo prefeito.

No setor industrial houve registro de declínio: das 287 em 2000, caiu para 281, em 2003. Apenas para ficar nesses dois perversos exemplos de uma administração que visa somente o loteamento do município e ganância de dinheiro, em detrimento da qualidade de vida dos munícipes fazendenses.

Com uma campanha desta envergadura, a Gazeta do Povo e suas associadas, poderiam ajudar, sobremaneira, a população da Fazenda Rio Grande e, por extensão, toda a Região Metropolitana de Curitiba.

Nossos mais sinceros parabéns ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, aos seus familiares, aos funcionários e colaboradores da Rede Paranaense de Comunicação, em especial, repito, à Gazeta do Povo nesses 86 anos de fundação.

Muito obrigado.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Deputado Estadual - 2º Secretário da AL"

Muito obrigado.

Quero fazer das palavras do Deputado Geraldo Cartário, as minhas também.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Além da leitura e a recomendação que os ilustres Deputados Bradock e Geraldo Cartário acabam de fazer em homenagem ao Dr. Francisco, requeiro que seja expedido, acompanhado do pronunciamento, um diploma da própria Assembléia Legislativa, conferindo conforme o discurso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sugiro a V. Exa. que formule um requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Estarei encaminhando à Mesa, neste momento, um requerimento. Assim, a Assembléia Legislativa poderá entregar, em nome deste Poder, um diploma ao Diretor-Presidente da Rede Paranaense de Comunicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje não farei um pronunciamento e nem o faria, mas gostaria de ter a atenção, como sempre a tive, do ilustre Parlamentar, Deputado Bradock, pois não consegui entender seu pronunciamento. Eu sei que V. Exa. quer ser benevolente com o Governo e apóia-o, mas V. Exa. diz aos Parlamentares que não adianta criticar o Governo.

Ora! Se subirmos à tribuna para bajular o Governo, certamente os erros - e V. Exa. é um profundo conhecedor de segurança - que comete, certamente ele não dará atenção a esses problemas. Nós teríamos aqui todos os dias um pronunciamento para trazer à população paranaense, com relação à segurança, porque a do Paraná é tocada de improviso. Começa-se a assaltar na Avenida das Torres; lá vai uma multidão fazer barulho naquela área e os assaltantes e marginais se deslocam. Ou V. Exas. acham que os bandidos ainda estão na Vila Torres, com todo o barulho que foi feito através da imprensa, helicópteros, veículos? Então, não há como, Deputado Bradock, com todo respeito que tenho por V. Exa., elogiar a segurança do Paraná.

Quando a Gazeta do Povo falou que o Secretário da Segurança, o Garotinho, eu até não tinha entendido bem o que a Gazeta quis dizer com aquilo, não lembrei do Rio de Janeiro, na verdade ele é uma cópia do Garotinho. Por quê? O que faz a segurança no Rio de Janeiro? Um dia eles chamam todos os meios de comunicação e vão para uma favela, para um morro daqueles. E lá vai o Garotinho dizendo que está atacando a marginalidade.

Agora, o Garotinho do Paraná atacou de Garotinho do Rio de Janeiro. Então, se começarem os assaltos na Avenida das Torres, o que vai acontecer? Vai pra lá todo o efetivo e o restante da cidade e região metropolitana, completamente descoberto!

Então, por mais que este Parlamentar se esforce para elogiar a segurança do Paraná, não há como, porque o caos não está instalado apenas na Capital do Estado e na região metropolitana, está nos pequenos municípios, nas pequenas cidades, nas médias cidades do Paraná, e o improviso e a forma que está sendo dirigida a segurança do Paraná, não tem como! Por mais que ouça pronunciamentos aqui pedindo que não adianta criticar o Governo, quero dizer que, por maior que seja o esforço dos Deputados, tenho certeza que o esforço dos Deputados da Oposição ao criticar é muito menor do que dos Deputados do Governo para elogiar, porque os Deputados têm grandes dificuldades de elogiar a segurança do Paraná.

Essa medida que foi tomada esta semana, que canta, em verso e prosa, naturalmente está sendo filmada para mostrar na mídia num momento oportuno, ou na hora de um horário eleitoral. Certamente é só para isso, porque eu não acredito que essa é a forma de fazer segurança.

Outro dia aqui já citei que os veículos da Polícia Militar...

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir.

...que os veículos da Segurança, em especial no interior do Estado, não têm combustível, não têm nem pneu! Então, não há como elogiarmos a segurança do Paraná. Talvez, no momento em que o Garotinho do Paraná começar a tomar medidas efetivas em cima de um planejamento, poderemos vir aqui e tecer elogios ao ilustre Secretário. Mas até o presente momento se fôssemos dar-lhe uma nota, e não sou eu que estou dando, se nós sairmos na rua hoje com todo o marketing que foi feito nesta semana na Segurança, ela é reprovada pela população paranaense.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Anibelli, gostaria de reportar-me a V. Exa., agora.

Cada vez que eu subo à tribuna ou uso o Horário da Liderança, V. Exa. quer pedir aparte. Com todo respeito que lhe tenho, até pela longa vida parlamentar que V. Exa. tem, quero dizer que eu já tomei uma atitude: quando eu estiver fazendo uso da liderança que me cabe, da Liderança das Oposições, lhe darei aparte, porque no último que V. Exa. pediu quando usei do Grande Expediente na semana passada, V. Exa. foi deselegante para com este Parlamentar.

E, para que não fiquemos aqui - e é isso que a população paranaense espera de nós - batendo boca, acho que V. Exa. poderia e pode usar o Horário da Liderança do seu Partido. V. Exa. é líder, merecidamente, pedir ao Líder do Governo para usar o horário da Liderança do Governo. Gostaria que V. Exa. me entendesse, por nós divergirmos em todos os pontos que V. Exa. defende.

Prefiro não lhe dar aparte para que possamos manter aqui um bom nível de debate, e permita-me conduzir o meu raciocínio da melhor forma possível. Para dar a minha contribuição, como Deputado de Oposição, eu não posso, com os meus cabelos brancos, com os meus 52 anos de idade, e não tive esta oportunidade na semana passada para dizer isso, e aproveito nesse momento, para dizer a V. Exa., para dizer aos meus parceiros Parlamentares, que no dia em que desci daquela tribuna tomei essa atitude, não lhe dei aparte, com todo o respeito, porque as nossas divergências são tamanhas que cada vez que eu lhe dou aparte V. Exa. é deselegante com este Parlamentar. E eu preciso me dar o respeito.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. não fala a verdade. Não vou receber lição de moral do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está assegurada a palavra ao Deputado Valdir Rossoni. Deputado Antonio Anibelli, o senhor poderá usar o horário das Explicações Pessoais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, Sr. Presidente, pela sobriedade e pelo respeito ao Regimento.

Tenho certeza que muitos Parlamentares me entendem. As pessoas que trabalham aqui me entendem.

Esta atitude que estou tomando é depois de vários apartes que concedi ao ilustre Deputado Antonio Anibelli. Várias vezes fui desrespeitado. Tenho, sim senhor, que me dar o respeito. Então, não dou aparte. Não darei o aparte.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Desculpe-me, mas V. Exa. não está dizendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está assegurada a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Por educação e por princípios, deixamos que aconteça isso, mas esta é a verdade.

Tinha que ter dito isso no meu último pronunciamento que fiz nesta Casa, estabelecendo contraditório ao pronunciamento do Governador Roberto Requião. Mas não o fiz porque me faltou tempo.

Estava esperando esta oportunidade, até porque se eu fosse no Horário da Liderança das Oposições tomar essa atitude, sem acontecer o que aconteceu nesse momento, não justificaria. Mas está justificado.

E muito melhor do que criarmos problemas e bate-boca entre Parlamentares é podermos aqui debater, sim, idéias, mas o respeito acima de tudo.

Muito obrigado.

(Termina entrega do Relatório da CPI da Reforma Agrária)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência quer agradecer ao trabalho de todos os Parlamentares que se debruçaram na CPI da Terra. Este relatório será encaminhado para a Diretoria para que se cumpram os prazos e sejam colocados na Ordem do Dia.

Por solicitação do Deputado Reni Pereira, esta Casa quer registrar a presença do Vereador Vilmar Kaiser, de Nova Aurora.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar a presença do Prefeito Jair, de Faxinal, em meu nome, em nome do Deputado Zucchi e em nome de todos os Deputados, agradecendo a presença do Prefeito Jair.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa quer dar as boas-vindas ao Prefeito de Faxinal.

Esta Presidência quer comunicar que na segunda-feira serão instaladas as comissões.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Deputados Waldir Leite, Marcos Isfer, Ratinho Júnior e pela Deputada Arlete Caramês, constante do expediente, indicando o Deputado Waldir Leite para exercer o cargo de Líder do PPS nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Waldir Leite, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando o nome dos Deputados que comporão as Comissões Permanentes desta Casa, na condição de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Carlos Simões, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Deputados que comporão as Comissões Permanentes desta Casa pelo PTB, na condição de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Deputados que farão parte das Comissões Permanentes desta Casa na condição de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome dos Deputados na condição de Titulares e Suplentes que farão parte das Comissões Permanentes nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Barbosa Neto, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente indicando o nome dos Deputados na condição de Titulares e Suplentes, que farão parte das Comissões Permanentes nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente indicando o nome dos Deputados da Bancada, que na condição de Titulares e Suplentes que farão parte

das Comissões Permanentes nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Tadeu Veneri, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente indicando o nome dos Deputados da Bancada, que na condição de Titulares e Suplentes que farão parte das Comissões Permanentes nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente indicando o nome dos Deputados da Bancada, que farão parte das Comissões Permanentes nesta Casa, na condição de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 122/2004, subscrito pelo Deputado Elio Rusch, na qualidade de Presidente da CPI da Reforma Agrária, constante do expediente, apresentando o relatório final, aprovado por unanimidade, na reunião do dia 01 de março do corrente ano. **Recebido.**

Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Como hoje não temos a Ordem do Dia propriamente dita, passamos aos requerimentos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 143, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 144 a 151, 213 a 221, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 153 a 156, 162, 195 e 196, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 157 e 207, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 160, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 161, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 163, 165, 197 e 209, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 164, de autoria das Deputadas Arlete Caramês, Elza Correia, Luciana Rafagnin e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 166 e 247-A, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 168, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 169 e 186, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 170, de autoria do Deputado Artagnão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 172, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Cesar Seleme e Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 174, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 177 e 178, de autoria do Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 179, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Nelson Justus, Elio Rusch, Valdir Rossoni e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 180, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Reni Pereira, Ademar Traiano, Elio Rusch, e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 183, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 184, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 185, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 187, 188 e 223, de autoria do Deputado Luiz Accorsi constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 193, 194 e 239, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 192, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 200 a 203, 232 a 238, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 222, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 224, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 226, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, José Domingos Scarpellini, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 231 e 241, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 242 e 243, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, solicito minha inscrição no Grande Expediente no próximo dia 8.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O dia 8 já está ocupado com requerimento aprovado nesta Sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

E dia 9?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Elton Welter.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

E dia 7?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Nelson Justus.

Será incluída no próximo a sua inscrição.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Deu para notar que os Deputados querem falar no Grande Expediente! Parabéns!

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 382/2003; 011 e 117/2004.

Marco ainda uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Walde-mar Allegretti, a realizar-se na segunda-feira, dia 07, às dezessete horas.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 021/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 617, datado de 18 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40205, de 10 (dez) dias, a partir de 26 de janeiro de 2005, término 09 de fevereiro de 2005. CID. 10 j15-9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 022/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 618, datado de 18 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40205, de 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de fevereiro de 2005, término 10 de abril de 2005. CID. 10 F - 33-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 023/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 675, datado de 21 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, PAULO EMILIO GOMES PERDIGÃO, matrícula nº 40083, de 30 (trinta) dias, a partir de 17 de fevereiro de 2005, término 19 de março de 2005. CID. 10 H16.3.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 024/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 492, datado de 16 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar por mais trinta (30) dias, a Portaria nº 049/2004, referente à Comissão de Processo Administrativo, da servidora ILSE LONGO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 025/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder férias relativas ao ano de 2005, aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, conforme a seguir:.

MATRÍCULA	
DE 1º A 30 DE JANEIRO	
JOSE MARIA DE PAULA	109
DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR	333
DOROTI WOLKMER LINHARES	088
ELEOVAN CESAR RIBEIRO	373
GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA	450
MARLENE DE BRITO PERRONE	222
MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES	011
ELDO GEVEZIER	056

MARIA LILIAN D'AMARAL BOR-CHARDT	195
NELSON AUGUSTO ARAÚJO	501
RAQUEL TOUNIER TASSI	613
SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO	172
HELENA REGINA SHEPAN MORO	076
SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO	058
MARIA CELUTA TAVARES	083
PATRICIA DORNELES DANTAS	612
STELLA MARIS AGUIAR MACHADO	614
TEREZA CRISTINA CONTI QUEIROZ CAMPELO	616
VALTER ANTONIO MARCHIORATO	366
WILSON KAIEL	436
JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA	102
ROSEMERY VIEIRA DE ALMEIDA	119
JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA	574
HILTON RONALD ALICE	044
JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES	513
DE 1º DE FEVEREIRO A 1º DE MARÇO	
DEONILSO ROLDO	117
JOÃO ALBERTI ANDRETTA	476
LINDAMIR EDIL CARAN	510
LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO	592
MARCO ANTONIO SALDANHA DA ROCHA	377
DE 1º A 30 DE MARÇO	
KÁTIA MARIA TRINCKEL BRUNETTI	217
REGINA TRINCKEL ARAÚJO	185
MARIA ELISA REBELLO	606
DE 1º A 30 DE ABRIL	
FABIO JOSE BRANTE	620
MARGARETE SIKORA	619
SANDRA MARA FERREIRA DE SOUZA	618
AIRTON CESAR SANTIN	182
DE 1º A 30 DE MAIO	

INOLAN ANTONIO GUGINSKI DE OLIVEIRA	123
MARCO ANTONIO MARCONCIN	146
DE 1º A 30 DE JUNHO	
NILTON BUSATTO	317
DE 1º A 30 DE JULHO	
ANGELINA GARCIA PACHECO	183
EDGAR SANTOS BUQUERA	485
LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER	066
LUIZ FÁBIO CAMPANA	121
PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES	596
SANDRA CATARIN PACHECO	118
DE 1º A 30 DE OUTUBRO	
NILTON LUIZ IMTHON BUENO	166
DE 1º A 30 DE NOVEMBRO	
JULIANA FERREIRA LEITE	607
NANCI TEREZINHA KOTELAK	029
DE 1º A 30 DE DEZEMBRO	
ALBERTO SAVOIA ASSEF	147
DIMITRYA PIRIH MARANHÃO	138

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 027/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 446, datado de 14 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, matrícula nº 102, de sessenta (60) dias, a partir de 31 de janeiro de 2005, término 31 de março de 2005. CID. K81-0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.03.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral